

Construção Coletiva

PROPOSIÇÕES VINDAS DE TODO O BRASIL AJUDAM A CONSTRUIR O VIII ENCONTRO NACIONAL DE EDUCAÇÃO SUPERIOR DA CONTEE E CONTRIBUEM NA ATUALIZAÇÃO DO DEBATE E NO ENFRENTAMENTO DO NOVO MODELO DE EXPANSÃO PRIVATISTA



EMENDAS AO PNE

CONHEÇA AS PRINCIPAIS PROPOSTAS DA CONTEE PARA O APRIMORAMENTO DO PROJETO DE LEI DO NOVO PLANO NACIONAL DE EDUCAÇÃO

EDUCAÇÃO E DIVERSIDADE

O PAPEL DA ESCOLA NO COMBATE AO PRECONCEITO E À HOMOFOBIA ESTÁ EM PAUTA. É PRECISO QUALIFICAR OS PROFISSIONAIS PARA LIDAR COM A QUESTÃO

DESAFIO SINDICAL

OS DESDOBRAMENTOS DA EXPANSÃO DA EDUCAÇÃO SUPERIOR PRIVADA TRAZEM NOVOS DESAFIOS PARA O MOVIMENTO SINDICAL DE EDUCAÇÃO



3 EDITORIAL
Atualizar o debate e traçar novas estratégias

4 EDUCACIONAL
Aperfeiçoar é preciso

8 CAPA
Um diagnóstico da Educação Superior Brasileira

14 EDUCACIONAL - ARTIGO
Desafio sindical da educação privada



20 CURTAS DAS FILIADAS

24 ENTREVISTA
Professor Carlos Cury

28 JURÍDICO - ARTIGO
Representação dos trabalhadores do Sistema S

32 CURTAS DA CONTEE

38 INTERNACIONAL - ARTIGO
Osama, troféu de Barak Obama

42 EM ALTA, EM BAIXA



44 SOCIAL
Educar é respeitar a diversidade

Revista da Contee

A revista CONTEÚDO é uma publicação da Confederação Nacional dos Trabalhadores em Estabelecimentos de Ensino, sob coordenação da Secretaria de Comunicação Social.

conteudo@contee.org.br

Editora e jornalista responsável - **Daniele Moraes** - MTb 50607/SP

Projeto gráfico e diagramação - **Circus Serviços Gráficos**;

Direção de Arte - **Vandré Fernandes**; Ilustração - **Daniel Lopes**;

Tiragem - **3 mil exemplares**; Impressão - **Forma Certa**

CONFEDERAÇÃO NACIONAL DOS TRABALHADORES EM ESTABELECIMENTOS DE ENSINO

Setor de Rádio e TV - Sul - Quadra 701 - Bloco 2 - Sala 436

Ed. Assis Chateaubriand - CEP 70340-906 - Brasília/DF - Telefones: (61) 3226 1278/ 3223 2194

E-mail: contee@contee.org.br - www.contee.org.br

A reprodução dos textos é autorizada. Agradecemos a citação da fonte. Os textos assinados são de responsabilidade exclusiva de seus autores.

Diretoria Executiva

Coordenação Geral
Madalena Guasco Peixoto

Secretaria Geral
Cristina de Castro

Secretaria de Assuntos Educacionais
Adércia Bezerra Hostin

Secretaria de Assuntos Jurídicos
João Batista da Silveira

Secretaria de Comunicação Social
Maria Clotilde Lemos Petta

Secretaria de Finanças
José Roberto Torres Machado

Secretaria de Formação e Políticas Sociais
Rita Fraga de Almeida Zambon

Secretaria de Organização e Políticas Sindicais
Fábio Eduardo Zambon

Secretaria de Questões de Gênero e Etnia
Nara Teixeira de Souza

Regional Sul
Cássio Filipe Galvão Bessa

Regional Sudeste
Francílio Pinto Paes Leme

Regional Centro-Oeste
Edson de Paula Lima

Regional Norte
José Carlos Padilha Áreas

Regional Nordeste
Manoel Henrique Filho

DIRETORIA PLENA

Abigail Carvalho
Amarildo Pedro Cenci

Ailton Fernandes
Airton Duarte Cunha

André Luiz Giudicissi Cunha
Ângelo Lacerda Rocha

Cristina Kavalkiesvicz
Eduardo Assis Fonseca Botelho

Eritelton José Konfideira
Franciso Perez Levy

Gilson Reis
João Jorge de Araújo Armênio

João Marques da Fonseca Filho
José Jackson Bezerra

Lavinia Rosa Rodrigues
Luiz Alberto W. Grossi

Márcia Almeida Machado
Márcia de Alencar Santana

Nivaldo Pinto Ferreira
Olmir Luiz Paludo

Oswaldo Souza Santos
Rodrigo Pereira de Paula

Valdir Graniel Kinn
Walteir Luiz Betoni

Wanderley J. Quêdo
Wellington Teixeira Gomes

Wilson Melo Sodré

CONSELHO FISCAL

Helder Abud Paranhos
Gisele Vargas

Robson Terra Silva

Atualizar o debate e *traçar novas estratégias*

Em 2011, a CONTEE completa 20 anos de história e intensifica suas ações, trazendo à pauta importantes debates, encaminhamentos e deliberações. Seguindo a tradição de protagonista na discussão e combate à mercantilização da educação – e suas consequências para a atuação dos profissionais da área, a Confederação realiza seu VIII Encontro Nacional de Educação Superior. A atividade pretende atualizar o debate sobre as transformações no seguimento, frente ao novo modelo de expansão privatista em curso no País.

Por meio das discussões realizadas por todo o Brasil, durante os encontros preparatórios que precederam a atividade nacional, a CONTEE elabora novas estratégias de atuação no enfrentamento da questão. Por isso, nossa décima edição de CONTEÚDO apresenta informações, dados e opiniões sobre o processo de expansão do Ensino Superior no último período e discute também o papel do novo Plano Nacional de Educação na busca por transformar a educação em prioridade no País.

Nas páginas a seguir, leia entrevista exclusiva com o Professor Carlos Jamil Cury sobre a financeirização da educação e a importância da instituição de um Sistema Nacional de Educação – assim como deliberado na primeira Conferência Nacional de Educação – que submeta o ensino privado às mesmas diretrizes educacionais e parâmetros de qualidade do setor público.

Além disso, confira um parecer muito interessante, elaborado pelo consultor jurídico da CONTEE, sobre os problemas enfrentados pelos trabalhadores e suas representações sindicais nas relações com as empresas do “Sistema S”. O papel da escola no combate à homofobia é também destaque. E não deixe de conferir as notícias sobre as últimas atividades desenvolvidas pela Confederação e um balanço das recentes campanhas salariais, relatadas pelas federações filiadas à CONTEE.

Boa leitura!

Madalena Guasco Peixoto
Coordenadora geral da CONTEE

Sharon Eve Smith





Aperfeiçoar *é preciso*

O Projeto de Lei do novo Plano Nacional de Educação recebeu número recorde de emendas na Câmara dos Deputados: 2.915. Entre elas, 23 propostas de aperfeiçoamento do texto foram elaboradas pela CONTEE e enviadas como contribuição no processo de aprovação do novo Plano. A bandeira prioritária da Confederação é a inclusão no PNE de meta de instituição do Sistema Nacional de Educação.

A tramitação do Projeto de Lei 8530/2010 que cria o novo Plano Nacional de Educação (PNE) está entre os principais temas em discussão no Brasil em 2011. O novo PNE terá vigência entre 2011-2020 e teve Projeto encaminhado ao Parlamento no final do ano passado pelo Ministério da Educação. A base das propostas do novo Plano foram algumas das deliberações da 1ª Conferência Nacional de Educação (CONAE), realizada em março e abril de 2010.

Entretanto, a proposta do MEC deverá sofrer inúmeros ajustes durante sua tramitação. Haja vista o conjunto de 2.915 propostas de alteração ao texto apresentado pelos mais diversos seguimentos da sociedade – o maior número de emendas recebidas até hoje, na Câmara, para um projeto.

Para dar agilidade à tramitação do PL, foi criada em março uma Comissão Especial exclusiva para acompanhá-lo, majoritariamente composta por parlamentares ligados à educação. Com a previsão de vinte metas a serem cumpridas para os próximos dez anos, o texto original, desde então, vem sendo debatido por todo o país, por parlamentares, entidades,

movimentos sociais e organizações da sociedade civil, além de casas legislativas estaduais, e também em audiências públicas na Câmara dos Deputados sobre qualidade na educação, expansão e universalização do acesso ao ensino, financiamento das políticas educacionais e educação especial e inclusiva.

A CONTEE tem acompanhado de perto a trajetória das discussões sobre o novo PNE e formulou emendas de grande importância. Entre as bandeiras defendidas pela entidade estão: o investimento de 10% do Produto Interno Bruto para a educação e a instituição do Sistema Nacional de Educação (SNE).

A questão do Sistema Nacional é de fundamental importância para a luta por uma educação de qualidade. Especialmente em relação ao setor privado de ensino, que, uma vez submetido ao Sistema, passaria a seguir as mesmas diretrizes educacionais previstas para o setor público – com destaque para a questão da qualidade, da gestão democrática e da valorização dos profissionais de educação. O SNE no PNE é bandeira da CONTEE. Por isso, a entidade criou a campanha: No PNE, diga SIM ao Sistema Nacional de Educação.

Além deste tema, a CONTEE também formulou emendas que se destinam ao aperfeiçoamento do Plano no que tange à necessidade de gestão democrática, regulamentação do ensino superior, formação inicial e continuada dos profissionais em educação e valorização do trabalhador.

Veja a seguir alguns dos principais temas abordados pelas emendas elaboradas pela CONTEE ao novo Plano Nacional de Educação. A íntegra das emendas você pode acessar no Portal da CONTEE na internet: www.contee.org.br

O papel do Fórum Nacional de Educação

A CONTEE propõe em uma de suas emendas que seja assegurado o papel do Fórum Nacional de Educação, fortalecendo seu caráter de acompanhamento, monitoramento e controle social do Plano Nacional de Educação. E destaca a necessidade de acrescentar como atribuição do Fórum a análise, proposição e revisão da meta do percentual de investimento do PIB na educação pública.

Instituição do Sistema Nacional de Educação

Considerando que o Sistema Nacional de Educação foi o tema central da Conferência Nacional de Educação, é necessário incluir o artigo que trata da sua função, no sentido de articulador entre os sistemas de ensino. O Sistema deverá considerar os critérios de avaliação e autorização das instituições de ensino e considerar o sistema educacional no Brasil como um todo, assegurando a regulamentação do sistema público e privado da educação.

Além disso, o SNE deve regular em regime de colaboração a articulação das políticas públicas de educação para todos os entes federados e para o setor privado de educação, assegurando a implementação de políticas públicas universais. A educação deve ser tratada como um bem público, que cumpre função social sob responsabilidade do Estado.

Deverá, por fim, assegurar a participação coletiva de toda sociedade no desenvolvimento do projeto pedagógico e do Plano de Desenvolvimento Institucional, assim como destaca a LDB (Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional), como forma de garantir a qualidade do ensino nas instituições.

Gestão democrática já!

A gestão democrática da educação nas instituições educativas e nos sistemas é um dos princípios constitucionais do ensino público, segundo o art. 206 da CF/1988. É necessário garantir essas práticas concretas no espaço da instituição de ensino pública e privada. A gestão democrática deve ser entendida como espaço de deliberação coletiva e considerada como fator de melhoria da qualidade da educação, de aprimoramento e continuidade das políticas educacionais. Neste sentido, é importante a incorporação dos conceitos de autonomia, democratização, descentralização, qualidade e participação, conceitos esses que devem ser debatidos coletivamente, para maior legitimidade do processo democrático no cotidiano da universidade. Devem-se instituir mecanismos democráticos como a eleição direta dos dirigentes das universidades e a implantação de formas colegiadas de gestão da universidade.

Regulamentação da Educação Privada

É fundamental que o setor privado de ensino seja regulamentado através de leis do Estado, uma vez que a sua participação na educação nacional é preceito constitucional. Esta regulamentação deve ter como parâmetro a qualidade, a gestão democrática e cumprimento de sua função social. O mandato constitucional do artigo 209 assegura que “o ensino é livre à iniciativa privada, desde que sejam cumpridas as normas gerais da educação nacional e o seu funcionamento seja autorizado e avaliado pelo poder público”, constituindo papel da União organizar o sistema federal de ensino, de modo a garantir iguais oportunidades educacionais e o padrão de qualidade do ensino.

Formação e qualidade na Educação Infantil

É necessário garantir políticas específicas e contínuas de formação inicial e continuada dos trabalhadores em educação infantil, articuladas com ações e políticas de valorização profissional efetiva, por meio de salários compatíveis e melhores condições de trabalho e carreira. Neste sentido, o investimento na formação de nível superior desses profissionais, contribuirá para melhoria da qualidade do sistema de ensino, e permitirá o justo investimento em sua carreira.

Educação Superior: estratégia para o desenvolvimento

O Estado, ao autorizar o funcionamento das instituições superiores privadas, deve assegurar a obrigatoriedade das mesmas cumprirem as normas gerais da educação, de obter autorização de funcionamento do Poder Público e de ser por ele avaliadas. Afinal, a qualidade da educação superior em nosso país se constitui como um marco importante no projeto de desenvolvimento, pois diz respeito dentre várias questões à formação de um contingente de futuros pesquisadores e produtores da ciência. Neste sentido, deve-se assegurar a presença de um corpo docente com formação de mestres e doutores, exigindo-se um percentual mínimo de 75% do efetivo em exercício, e destes 35% de doutores.

Outro fator fundamental a ser inserido no novo PNE diz respeito à existência de lei específica na qual o setor privado deverá garantir a autonomia das instituições mantidas sobre as mantenedoras, de forma a limitar em 20% a representação das mantenedoras nos

colegiados.

Este processo deve ser associado à garantia da gestão democrática, assegurando a participação da comunidade escolar em todos os espaços de representação dos conselhos das instituições.

A limitação da participação do capital estrangeiro nas instituições de educação privadas é ponto primordial para garantia da soberania e do desenvolvimento do País e da qualidade da educação.

Ensino a Distância

A articulação entre o poder público e os sistemas de ensino, que envolve as instituições no contexto da implantação de um Sistema Nacional de Educação, deve visar políticas públicas de ampliação e interiorização da oferta do ensino à população, priorizando o ensino presencial. No caso dos cursos de Educação à Distância (EAD), deve-se dar o devido acompanhamento de maneira que esses cursos sejam implantados com qualidade social e limitados ao oferecimento somente das disciplinas eletivas.

Formação continuada

Promover a qualificação e aperfeiçoamento dos professores das redes de ensino, assegurando que Instituições Educacionais (entidades, sindicatos e conselhos) de categorias profissionais promovam a oferta de cursos de pós-graduação lato-sensu para as categorias profissionais. Esses cursos de Pós-Graduação Lato-Sensu deverão abranger exclusivamente os Cursos de Especialização, aperfeiçoamento e qualificação.

Além disso, é necessário ofertar aos profissionais da educação básica bolsas de pós-graduação, à luz das regras estabelecidas pela Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior – CAPES – a fim de promover, facilitar e assegurar acesso aos meios de formação inicial e continuada, através do incentivo e desenvolvimento de cursos de mestrado e doutorado para os trabalhadores da educação, com vistas ao estímulo à pesquisa.

Valorização dos trabalhadores

É de fundamental importância assegurar uma política salarial aos trabalhadores da educação, combatendo os desnivelamento

salarial desses profissionais, considerando o tempo de serviço e o grau de escolaridade. Tais ações devem ser implementadas dentro de um sistema de valorização profissional, que se soma com o processo de incentivo à formação inicial e continuada.

É necessária ainda uma política de incentivo à formação de novos trabalhadores da educação, estimulando seu ingresso na carreira docente. Devemos considerar também que existe um número razoável de trabalhadores da educação sem curso superior. Neste sentido, é importante que se assegure uma política de formação para esses profissionais para que todos (as) tenham formação superior.

Garantir, por fim, a institucionalização de uma Política Nacional de Formação e Valorização dos Profissionais da Educação, articulando-se ações das instituições formadoras e dos sistemas de ensino, com estratégias que garantam políticas públicas específicas de formação inicial e continuada, associadas à valorização profissional efetiva de todos os que atuam na educação, por meio de salários dignos, condições de trabalho e carreira.

Investimento em educação

Cabe à União liderar o esforço de aumentar o investimento em educação em relação ao PIB de forma a atingir 10% de investimento na educação até 2016. Há de se estabelecer estratégias nacionais, em ação conjunta da União, Estados, DF e municípios e que este esforço seja proporcional à respectiva participação na arrecadação nacional, levando-se em conta as responsabilidades constitucionais de cada ente da federação. ◀



Um diagnóstico da *educação superior brasileira*

As atividades preparatórias para o VIII Encontro Nacional de Educação Superior da CONTEE, que aconteceram por todo o País nos últimos meses traz subsídios para o debate e apresenta de maneira geral um diagnóstico atualizado das principais lutas a serem enfrentadas pelas entidades sindicais de trabalhadores de educação do setor privado de ensino. Veja como foram as discussões e os temas levados para a etapa nacional dos debates.

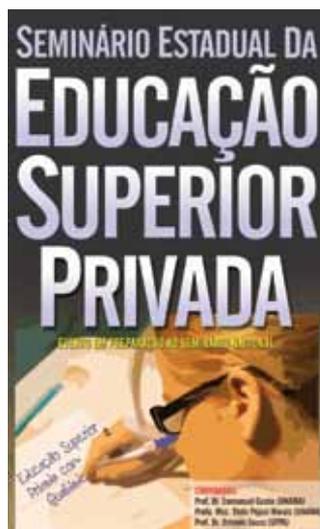
O segmento da educação superior no Brasil sofreu intensas transformações nas últimas décadas. Passou por um período de expansão descontrolada do setor privado, sem critérios capazes de garantir a qualidade dos cursos e a necessidade social das vagas, com vistas ao desenvolvimento nacional. Incentivada pelo Governo FHC, que autorizou e credenciou instituições por todo País, a educação superior multiplicou a fortuna de seus donos, mas não supriu por completo a demanda da juventude. Infelizmente, a má qualidade do ensino gerou também outros problemas, como a formação deficitária e a falta de capacidade de absorção dos novos profissionais no mercado de trabalho.

Nos anos 2000, apesar da retomada de investimento e da abertura de 14 universidades públicas federais – sucateadas no governo neoliberal de FHC, o estrago já estava feito e vieram seus desdobramentos, caracterizados pela abertura de capital das IES na bolsa de valores e a entrada de capital especulativo internacional no setor.

Desde a sua fundação e ao longo de seus 20 anos de existência, a CONTEE combate o processo de mercantilização da educação e, mais recentemente, de desnacionalização do ensino no Brasil. Protagonista neste debate e na formulação de alternativas para o enfrentamento da questão, com ênfase no ensino superior, a Confederação promove em 2011 o seu VIII Encontro Nacional de Educação Superior – “Novo Modelo de expansão privatista”, em São Paulo/SP – a fim de atualizar a discussão, aprofundar os pontos mais relevantes em pauta e apontar indicativos de atuação para a entidade e suas filiadas.

Neste sentido, assim como feito em todas as edições anteriores, este Encontro Nacional foi precedido de diversas atividades regionais, realizadas por todo o País. As contribuições enviadas pelas entidades filiadas à Confederação formaram a base temática do Encontro.

A partir das informações e relatos enviados pelas entidades, veja a seguir como foram algumas das discussões regionais preparatórias para o VIII Encontro Nacional de Educação Superior da CONTEE. 



REGIÃO NORTE

Uma atividade foi realizada da Região Norte.

Seminário Estadual da Educação Superior Privada

Entidade participante: SINPRO/PA

Data: 27 de abril de 2011

Local: Auditório Paulo Freire do Sinpro-PA – Belém/PA

Debates:

Contexto e Concepções da Educação Superior Privada;

e Gestão, Currículo e Valorização Profissional.

Proposições:

Implantação do Plano de Carreira Docente no prazo de 2 anos; Atualização permanente do projeto de desenvolvimento institucional e projeto pedagógico dos cursos ofertados pelas instituições, com a participação efetiva do corpo docente e demais segmentos envolvidos nos processos educativos existentes, visando dar melhor qualidade ao ensino e em consequência a melhoria da aprendizagem. Não ficar preocupado somente com o mercado e sim com a formação do ser humano. Profissionalização da Gestão das IES. Isto dará mais consistência e segurança aos docentes e discentes. Tratar o público e o privado sem distinção. O que fará a diferença entre ambos será a qualidade do ensino. Traçar perfis atualizados de docentes e discentes das instituições no sentido de ter clareza sobre suas expectativas e anseios mais significativos.



REGIÃO NORDESTE

Duas atividades foram realização na Região Nordeste.

Encontro da Educação Superior da Região Nordeste da CONTEE

Entidades participantes: SINAES BA; SINTEEPE PE;

SINTEP MACEIÓ; SINPRO BA; SINPRO PE; SINPRO PI; SINPRO AL.

Data: 29 e 30 de abril de 2011

Local: Hotel Vilamar – Salvador/BA

Debates:

Os Rumos do Ensino Superior – Qualificação da Educação ou Lucros;

Cenário Regional dos Trabalhadores do Ensino Superior;

Educação Superior no Plano Nacional de Educação 2011/2020;

Cenário Político e Econômico do Mundo do Trabalho – A Mercantilização e a Financeirização da Educação Superior; e Ensino Superior e o Plano de Carreira.

Proposições:

A valorização dos trabalhadores em Educação (Professores e Técnicos Administrativos); investimento de 10% do PIB para a educação; a regulação da educação; e discussão uma educação de qualidade, laica, gratuita, inclusiva e desafiadora.



Seminário Estadual sobre Educação Superior

Entidade participante: SINTEP MACEIÓ

Data: 13 de maio de 2011

Local: Maceió/AL

Debates:

Quadro atual do PNE – aspectos gerais do plano; acesso ao ensino superior;

Mercantilização e desnacionalização da educação superior;

Papel estratégico da educação para produção de conhecimento para o país;

Padronização do ensino; formação de grandes empresas e influência no movimento sindical – modificação da base territorial e enfraquecimento das convenções coletivas.

Proposições:

Fortalecimento da Democracia interna dentro das instituições, com liberdade de organização sindical e estudantil; limitação do capital estrangeiro votante nas instituições; maior estruturação da assistência estudantil, através de um fundo nacional de assistência estudantil, entre outras.

REGIÃO CENTRO-OESTE

Duas atividades foram realizadas na Região Centro-Oeste.

Encontro da Educação Superior de Mato Grosso e Mato Grosso do Sul

Entidades participantes: FITRAE MTMS; SINTRAE MT;

SINTRAE MS; SINTRAE VAMT

Data: 14 de maio de 2011

Local: Hotel Veneza – Cuiabá/MT

Debates:

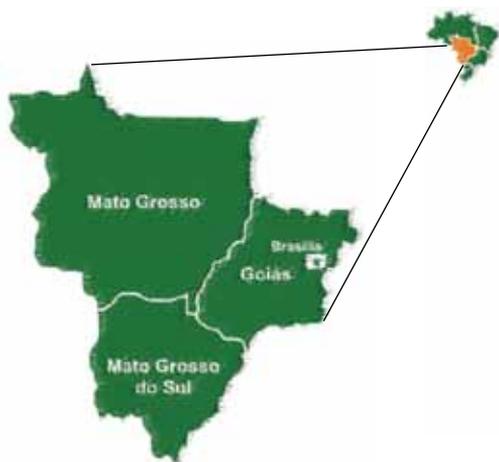
O Ensino Superior Privado no Contexto de mercantilização e da intensificação do trabalho dos docentes e dos técnicos e administrativos;

Cenário Regional dos Trabalhadores do Ensino Superior;

Educação Superior no Plano Nacional de Educação 2011/2020.

Proposições:

Discutir soluções de métodos de trabalho e delinear propostas a levar às instituições de nível superior; procurar a democratização das entidades de ensino a fim de permitir o acesso a elas; lutar pela definição da obrigatoriedade de aula presencial para os cursos de graduação; lutar pela gestão democrática; e lutar pela regulamentação de um plano de cargos e salários para os trabalhadores da educação do setor privado de ensino.



Seminário Nacional de Educação Superior: Etapa Regional – Goiás, Tocantins e Distrito Federal

Entidades participantes:

FITRAE BC; SINPRO GO;
SINAAE GO; SINTEERV;
SINPROEP DF; SAEP
DF; SINTEPP PALMAS;
SINTEPET TO; SINPROR;
SINTEEA.

Data: 13 e 14 de maio de 2011

Local: Hotel Fazenda Águas Emendadas – Brasília/DF

Debates:

A Educação Superior no PNE; mercantilização e financeirização; organização curricular no contexto da mercantilização; carreira docente; as avaliações no contexto da regulação do Ensino Superior Privado no Brasil; e a carreira técnico-administrativa.

Proposições:

Priorizar o princípio básico para a implantação de um Sistema Nacional articulado de educação; investir 10% do PIB, ampliar a educação obrigatória como direito do indivíduo e dever do Estado, passando então a garantir a educação de 0 a 17 anos; valorização dos profissionais da educação, criando mecanismos eficientes de implementação e fiscalização do Plano de Carreira; regulamentação e fiscalização do ensino privado, incluindo a EAD; definição de competências dos entes federados na aplicação do Plano Nacional de Educação; e ampliação de vagas nas instituições públicas com vistas a substituição dos programas de financiamento de vagas nas instituições privadas.

REGIÃO SUDESTE

A região Sudeste realizou quatro atividades.

Seminário Educação Superior no Rio de Janeiro

Entidade participante: FETEERI; SINPRO NITERÓI; SINPRO RIO; SINPRO MACAÉ; SINPRO NF; SINPRO PETROPOLIS; SINPRO COSTA VERDE; SINPRO LAGOS; SINPRO NNF.

Data: 26 de março de 2011.

Local: Niterói/RJ

Debates:

Proposta para Educação Superior no PNE – 2011/2020; Mercantilização e financeirização da Educação Superior Privada; Políticas Públicas de inclusão: Prouni, Reuni, Enem, Sisu e Fies.

Proposições: Processo de Privatização da Educação Superior no papel do Banco Mundial; crescimento das IES Privadas, apesar do processo de fusões; crescimento da EAD, principalmente nos cursos de formação de professores; pensar novas formas de luta para o setor frente a maior qualificação; e organização do Patronato.



Encontro dos Trabalhadores na Educação Superior Privada no Espírito Santo

Entidades participantes: SINPRO ES; SAAE ES; FITEE.

Data: 30 de abril de 2011

Local: Auditório da Rede Gazeta – Vitória/ES

Debates:

A importância da formação política dos trabalhadores em educação no contexto socioeconômico e político do Brasil;

E o contexto político e econômico: consequências e desafios no mundo do trabalho e na educação.

Proposições: Implementação da gestão democrática; plano de cargos e salários; criação de uma agência reguladora para o setor privado de educação; e obrigatoriedade de formação docente para atuação profissional na educação.



Seminário Estadual do Ensino Superior de São Paulo

Entidade participante: FEPESP; SINPRO CAMPINAS; SINPRO VALINHOS E VINHEDO; SINPRO GUAPIRA; SINPRO VALES; SINPRO JAÚ; SINPRO JUNDIAÍ; SINPRO SO-ROCABA; SINPRO ABC; SINPRO GUARULHOS; SINPRO OSASCO; SINPRO SP; SINPRO RIO PRETO.

Data: 1 e 2 de abril de 2011.

Local: Campinas/SP

Debates:

O Ensino superior no contexto do Plano Nacional de Educação; O Ensino Superior Privado no contexto da mercantilização e da intensificação do trabalho dos docentes e dos técnicos administrativos.

Proposições:

Defesa de um Sistema de Educação Nacional Articulado e de um Plano Nacional de Educação que contemple as propostas da CONAE 2010; reforma da educação brasileira como prioridade; defesa da capacidade regulatória e o poder fiscalizador do Estado; realização de campanhas nacionais de denúncia à “expropriação criativa” do trabalho, aos prejuízos sociais e às “negociatas” em que se transformou a educação superior no país; elaboração de proposta de plano de carreira; e regulamentação do EaD.

Encontro dos Trabalhadores na Educação Superior Privada de Minas Gerais

Entidades participantes: SINPRO MINAS; SAAE MG; FITEE; SINAAE JF.

Data: 1 e 2 de abril de 2011

Local: Belo Horizonte/MG

Debates:

Organização curricular no contexto da mercantilização;

Plano de carreira dos trabalhadores da educação;

Condições de Trabalho e Organização dos Trabalhadores na Educação Superior.

Proposições:

Organização curricular deve contribuir para afirmar o papel dos docentes como Sujeitos produtores do conhecimento e não meros transmissores de conteúdos; evitar a padronização dos currículos respeitando as identidades locais, regionais e nacionais; construção, aplicação e acompanhamento do plano de carreira e cargos e salários; ampliar as lutas pela vedação da dispensa imotivada; defesa da proteção ao emprego – estabilidade de emprego; e ampliar a discussão das questões morais (assédio) e da formação docente; entre outras.

REGIÃO SUL

A região Sul realizou duas atividades.

Encontro da Educação Superior da Região Sul da CONTEE

Entidades participantes: SINTEP VALES; SINPRO RS; SINTAE RS; SINPROESTE CHAPECÓ; SINPRO CAXIAS; SINPRO LONDRINA; SINTEEP NOROESTE RS; FITRAE SC; SINPRO NOROESTE IJUÍ; SINPAAET.

Data: 27 de novembro de 2011

Local: Hotel Ritter – Porto Alegre/RS

Debates:

Contexto Regional e Nacional da Educação Superior Privada e sua mercantilização;

PL do Marco Regulatório das Instituições Comunitárias de Educação Superior;

Balanco das realidades Regionais (PR, SC e RS).

Proposições:

Defender a aprovação do PL 7639/2010, com a valorização da função do sindicato no texto do PL; detalhamento da gestão democrática (liberdade de cátedra, etc.); e definição mais detalhada do que é Universidade Comunitária, em seus aspectos econômicos e políticos. Além do desenvolvimento de Campanha Nacional para limitação de alunos por turma, na Educação Superior.



Encontro da Educação Superior da Região Sul

Entidades participantes: SINPRO ITAJAÍ e REGIÃO, SINPRO-NORTE, SINPAAET, SAAE OESTE, SAAE ITAJAÍ e SINPROESTE.

Data: 7 de maio de 2011

Local: Sinpronorte – Joinville/SC

Debates:

contexto político e econômico das transformações no mundo do trabalho e as consequências para o trabalho em educação; mercantilização e financeirização; e importância de regulamentar as instituições comunitárias.

Proposições:

definir diretrizes para deveres das Instituições Superiores Comunitárias, entendidas no âmbito das políticas públicas.

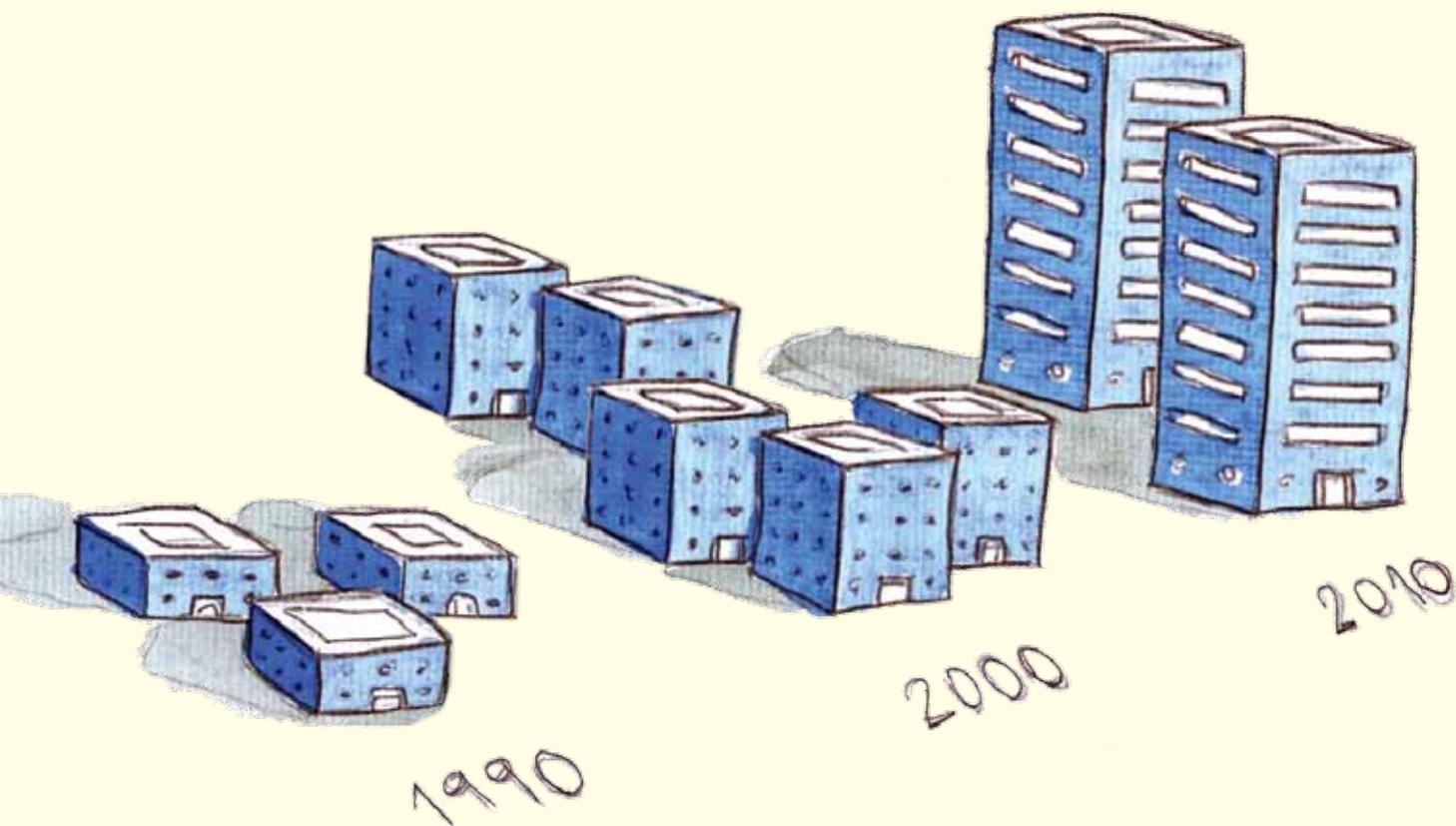
*As informações acima citadas foram editadas jornalisticamente, a partir de material enviado pelas entidades.

O novo modelo de expansão privatista da Educação Superior:

Desafio Sindical na *educação privada*

*Por Maria Clotilde Lemos Petta**

No artigo a seguir, a professora Maria Clotilde Lemos Petta apresenta um breve diagnóstico sobre o mercado educacional e faz uma análise dos novos desafios colocados para o movimento sindical no contexto de financeirização da educação. Por fim, identifica desafios e possíveis intervenções das organizações sindicais na defesa dos interesses dos trabalhadores em educação e no enfrentamento dos graves problemas que afligem a educação brasileira.



No Brasil, neste início da segunda década do século XXI constata-se a consolidação de um novo modelo de expansão da educação superior. A educação-mercadoria, vinculando-se a financeirização, torna-se altamente lucrativa, na forma de debêntures, de ações e outras modalidades de negócios. O mercado de fusões e aquisições de Instituições de Ensino Superior (IES) da educação privada dá demonstração de que, superado o momento de saturação, a perspectiva é de uma nova década de expansão do setor.

A análise deste novo quadro inscreve-se no debate mais amplo e complexo acerca de um modelo de expansão da educação superior e sua relação com o projeto de Nação, com o modelo econômico e com as políticas públicas de expansão da educação superior. A forma como se desenvolve esta nova conformação da educação superior privada provoca significativas mudanças nas condições subjetivas e objetivas no trabalho dos professores e técnicos e administrativos da educação privada. Este artigo objetiva demonstrar que estas mudanças devem ser referências para a formulação de novas estratégias sindicais dos trabalhadores.

Assim, iniciamos nossa contribuição apresentando um breve diagnóstico sobre como se constituiu o mercado educacional, sob a égide do projeto neoliberal, e as perspectivas atuais do crescimento do setor. Com base neste diagnóstico, destacamos para análise os novos desafios colocados para o movimento sindical, decorrentes das novas formas de gestão empresarial das IES e o novo perfil dos professores da educação superior privada, no contexto de financeirização da educação. Por fim, buscamos identificar alguns dos sinais e possibilidades das contradições do atual quadro, visando o delineamento de possíveis intervenções das organizações sindicais, no sentido da defesa dos interesses dos trabalhadores em educação e do enfrentamento dos graves problemas que afligem a educação brasileira.

A expansão privatista e o projeto neoliberal: um breve diagnóstico

As políticas públicas de expansão da educação superior, após a década de 1990, devem ser compreendidas na sua inserção no processo histórico brasileiro. A política educacional tem caráter diretamente vinculado à política econômica, que dirige a ampliação ou não das verbas e prioridades de investimento em educação. O conjunto de reformas educacionais e de leis de Estado para a educação, produzidas na chamada Reforma do Estado, sob o domínio do projeto neoliberal, aprofundou ainda mais a gravidade da situação educacional do país.

O professor Valdemar Sguissardi, chama a atenção para o fato de que a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB), aprovada em dezembro de 1996, possibilitou a edição de diversos decretos normalizadores que reconheciam a educação superior como um bem de serviço comercializável, isto é, como objeto de lucro ou acumulação: uma mercadoria. Dessa forma, a LDB, considera Sguissardi, já se antecipava à discussão de um ponto polêmico posto na Agenda dos Acordos Gerais do Comércio e dos Serviços (AGCS), da Organização Mundial do Comércio (OMC), em 1996, que propunha a desregulamentação dos serviços educacionais (Sguissardi/2009).

Em decorrência disso, a legislação educacional moldada para possibilitar a mercantilização da educação, através da desregulamentação do setor privado, facilitou os processos de autorização de cursos, sem estabelecer exigências mínimas de qualidade. O resultado foi uma forte expansão, fundamentalmente de instituições privadas, em sua maioria de pequenas faculdades e de universidades apenas de ensino. A política de expansão da educação superior, implementada pelo governo FHC, teve como base dois principais impulsos: o enfraquecimento da Universidade pública, através do sucateamento e da privatização interna e pela estagnação,



** Maria Clotilde Lemos Petta é socióloga, professora licenciada pela PUC-Campinas e Secretária de Comunicação Social da CONTEE.*

“Avalia-se que o capital estrangeiro está presente em um conjunto de instituições que respondem por quase 20% do alunado superior do País e já movimentam cinco bilhões de reais por ano na educação privada”.

combinado com a desregulamentação da rede privada de ensino (Peixoto/2009).

Nesse novo quadro político, como analisa Boito, a escola, a universidade e os trabalhadores em educação perdem importância como elementos de um projeto nacional, enquanto o novo setor da burguesia — a nova burguesia de serviços (educação, saúde e previdência) cresceu muito, graças ao modelo capitalista neoliberal, e aumentou seu poder econômico e sua influência política (Boito/2009). Observa-se que o empresariado educacional vem constituindo espaços de articulação em diferentes setores na busca de unidade na sua ação. Estabelecendo, assim, uma pauta de intervenção junto aos poderes legislativo e executivo em defesa seus interesses e de seu fortalecimento diante do Estado.

A partir do governo Lula a ampliação da educação superior tem sido buscada tanto pela parceria com a iniciativa privada, como pela expansão e ganho de eficiência das IES Federais. No entanto, apesar dos avanços, o acesso à educação superior continua muito restrito (apenas 13,8% dos jovens, entre 18 e 24 anos). Havendo, portanto, um grande espaço de crescimento para o setor privado.

Cabe considerar também que, nos últimos anos, os mecanismos de controle mais rigorosos sobre as IES, por

meio das avaliações e fiscalização do MEC, foram importantes, mas insuficientes para alterar o modelo privatista de educação superior. O censo da educação superior de 2009 (INEP/MEC) revela que a política de criação de novas vagas nas IES federais já apresenta resultado. Enquanto o número de IES públicas cresceu 3,8%, de 2008 para 2009. O número de IES privadas cresceu 2,6%. Apesar de ambas apresentarem a mesma tendência, as IES privadas continuam predominantes na educação superior, com 89,4% do número total de Instituições.

A Desnacionalização da Educação Superior e o novo modelo de expansão privatista

A partir de 2005, verifica-se a crescente presença dos grupos estrangeiros na educação superior. Entre eles: a rede universitária global Whitney International University System; a ex-Sylvan Inc. e a Laureate International Universities; o Grupo Lusófona de Portugal, e dezenas de fundos de investimentos estrangeiros — detentores de ações das empresas de educação de capital aberto (Estácio, Anhanguera, SEB SA e Kroton1) e também de ações de empresas de capital fechado, como o Grupo IBMEC e Ser Educacional (Maurício de Nassau). Avalia-se que o capital estrangeiro está presente (direto ou indiretamente) em um conjunto de instituições que respondem por quase 20% do alunado superior do país (sem contar sua participação nas editoras) e junto já movimentam cinco bilhões de reais por ano na educação privada

Essas informações demonstram que a perspectiva é de uma nova década de expansão deste setor, que entra numa fase que os economistas chamam de “consolidação”, onde somente as instituições sólidas irão sobreviver. Segundo a Hoper Educacional, existem hoje 12 grupos consolidadores, com R\$ 1,5 bilhão para comprar novas IES. Os dados da consultoria mostram evidências da concentração: 20 empresas possuem mais de 250 instituições e 30% do faturamento desta indústria, “com perspectivas de chegar a 50% nos próximos cinco anos”. No entanto, cabe considerar que há, por outro lado, um conjunto de 1.700 IES sem condições de sobreviver à onda consolidadora. E que, entre os carros-chefe da expansão, destaca-se o ensino a distância (EAD), que fechou 2010 com cerca de 973 mil alunos, 30% de todos os universitários de instituições particulares e movimentou cerca de R\$ 2,2 bilhões (US\$ 1,3 bilhão) em 2010.

O professor Oyama avalia que o negócio da educação supe-

rior está longe de esgotar-se, porém, o modelo de expansão da educação privada, que predominou até a década de 90 do século XX, é que se esgotou. Considera que a educação-mercadoria no ensino superior ascende a um novo patamar de valorização, no qual as empresas listadas na bolsa de valores conseguiram enorme aporte de recursos, o que lhes propiciou condição absolutamente privilegiada e supremacia no setor, tornando-se verdadeiros conglomerados. "Com mais capital atuam em grande escala: ampliam a base de alunos por meio da expansão interna de matrizes e filiais; concluem fusões e aquisições das concorrentes em nível nacional e internacional; expandem seus negócios no ramo da compra e venda de serviços e mercadorias (assessoria pedagógica, marketing, informática, educação a distância etc.)" (Oyama, 2009).

A financeirização da educação e as novas formas de gestão das IES

A complexidade do atual quadro da educação superior torna fundamental aprofundar os estudos sobre os impactos do novo modelo de expansão nas condições subjetivas e objetivas do trabalho dos professores e técnicos e administrativos da educação. Entre as várias questões que necessitam ser mais bem compreendidas, destacam-se as formas de gestão decorrentes da financeirização da educação superior privada.

No modelo que vigorou até a década de 1990, a gestão das IES era exercida por mantenedoras, constituídas por grupos familiares ou religiosos. Atualmente, entre as 15 maiores empresas educacionais do País, nove possuem um fundo ou banco de investimentos na sua estrutura de gestão e governança corporativa. Neste modelo, a gestão das IES é exercida por altos executivos, representantes dos fundos de investimento, que padronizam procedimentos de condutas nos departamentos de recursos humanos e que prestam contas aos fundos de ações. Em decorrência, o modelo de gestão adotado na maioria das IES, submissas à lógica do capital, é de cunho essencialmente empresarial, distanciadas das finalidades precípuas da educação superior e de compromisso com a produção do conhecimento e com uma educação de qualidade socialmente referenciada.

Neste modelo, as formas de gestão, além de promoverem a precarização das condições de trabalho e adotarem mecanismos autoritários, desenvolvem estratégias gerenciais voltadas para a "captura" da subjetividade dos trabalhadores. A implantação de planos de carreira docente é utilizada para rebaixamento salarial e redução dos custos. Os mecanismos autoritários restringem

a autonomia dos docentes no trabalho e nos espaços de participação dos segmentos, quer seja através da inexistência ou do inadequado funcionamento democrático dos Colegiados, que seja em práticas antissindicaís, que desrespeitam o direito de organização dos trabalhadores.

A autonomia universitária, importante princípio constitucional, passa a ser aplicada segundo o entendimento dos empresários da educação, como possibilidade de liberdade total para a criação de novos cursos, diminuindo o tempo de formação e criando cursos com pouco conteúdo teórico. E passa a ser entendida também como elemento fundamental contra qualquer possível ingerência do Estado e do Governo ou da sociedade em suas empresas.

Nesta forma de gestão, destaca-se ainda o desenvolvimento de estratégias gerenciais de "captura" da subjetividade dos trabalhadores. No léxico empresarial, professores e técnicos e administrativos são apresentados como "clientes" ou "parceiros" ou "colaboradores", que precisam comprovar sua lealdade à empresa e à marca para preservar o emprego e/ou merecer promoção para cargos de direção.

O professor Giovanni Alves, numa reflexão sobre o significado desta realidade, considera que no campo da produção do capital busca-se apropriar

"Entre os carros-chefes da expansão, destaca-se o ensino a distância (EAD), que fechou 2010 com cerca de 973 mil alunos, 30% de todos os universitários de instituições particulares, e movimentou cerca de R\$ 2,2 bilhões (US\$ 1,3 bilhão) em 2010".

“Vivemos um momento de aceleradas transformações no mundo do trabalho em educação, o que exige novas estratégias que rompam com o imobilismo, a burocratização e o amadorismo nas ações sindicais dos trabalhadores”.

não apenas de habilidades técnico-profissionais da força de trabalho, mas de condições subjetivas em prol dos interesses da produção de mercadoria (Alves/2011).

No entanto, é preciso considerar a especificidade do trabalho docente, através da explicitação das relações contraditórias entre as condições subjetivas e objetivas deste trabalho. Itacy Salgado Basso chama atenção para o fato da natureza do trabalho dos docentes, que deixa margem para a autonomia do professor. Considera, no entanto, que, para exercer esta autonomia, as condições subjetivas, como formação, incluindo a apropriação do significado do trabalho e as condições materiais e objetivas do trabalho docente, apresentam-se como fundamentais. Assim, na medida em o sentido do trabalho docente for apenas o de garantir sua sobrevivência (salário), aprofunda-se o processo de alienação e a situação de trabalho é traduzida como frustrante, desanimadora. “Ganhando mal, com uma jornada extensa, não deixando tempo disponível para a preparação das aulas, a correção do trabalho e atualização, poucas oportunidades de discussão coletiva para solucionar problemas do cotidiano escolar, como pode um professor desenvolver um trabalho que tenha interesse para ele próprio e para o aluno?” (Basso/1994).

Novos Desafios, novas estratégias

A compreensão do significado do trabalho docente deve fundamentar uma ação sindical que considere tal condição, não se limitando à questão salarial, por mais importante que ela seja. Nesse sentido, além da luta política por uma legislação educacional que regulamente as novas condições de trabalho atualmente colocadas, é necessário uma Política Nacional de Formação e Valorização do Professor. E está colocada a necessidade de avançar no estabelecimento de mecanismos políticos e legais que assegurem a gestão democrática e o estabelecimento de normas que regulamentem o Art.207 da Constituição Federal, que trata da Autonomia Universitária, recuperando a capacidade do poder público de regulação do setor privado, no sentido da garantia da qualidade, da gestão democrática, dos fins sociais da educação superior e o resgate do papel social das Universidades.

O desafio colocado é articular a luta econômica dos trabalhadores em educação por seus interesses imediatos, como salário e melhores condições de trabalho, ensino e pesquisa, com a luta política pela participação nos rumos da educação do País. Esta luta exige considerar a atuação política do empresariado educacional. Como afirma Boito, “...é preciso observar atentamente o movimento dessa fração burguesa. Analisar seus interesses e sua ação junto ao Estado, nos órgãos burocráticos e no parlamento. Entender que são interesses burgueses e poderosos que sustentam, hoje, esse modelo educacional, e não uma suposta miopia dos membros da equipe governamental” (Boito).

No atual quadro, é preciso mais ousadia na elaboração da pauta de reivindicações e nas negociações salariais, que devem, além de defesa intransigente dos salários, direitos e conquistas possibilitar avanços nas condições de trabalho, considerando os altos lucros e resultados das empresas educacionais. O que exige que as entidades sindicais dos trabalhadores se apropriem de informações dos Balanços Patrimoniais das empresas de capital aberto ou fechado. A obrigatoriedade legal de publicação anual destes balanços possibilita estudos sobre a lucratividade, valores de ações, dados sobre o crescimento das IES e outros. Portanto, é necessário qualificar os dirigentes sindicais responsáveis pelas negociações, sendo subsidiados por informações de assessorias técnico-financeiras e jurídicas. Afinal, é preciso uma reflexão sobre o efeito desmobilizador de pautas de reivindicações que desconsideram as condições presentes e o poderio econômico das grandes empresas educacionais.

Além disso, é preciso rediscutir a abrangência e os dispositivos das Convenções Coletivas, considerando que os trabalhadores são atingidos pelas mudanças geradas pelo aporte de

novas tecnologias de informação, que alteram não só as conhecidas formas de trabalho e emprego, mas o próprio conceito de trabalho e emprego e de horário de trabalho. Os avanços tecnológicos, até então comuns nos meios de produção primários e secundários e no setor de serviços, chega às Instituições de Ensino. O professor, antes presencial, torna-se o “tele professor”, que através de meios de comunicação chega até o aluno. O uso das tecnologias de informação e de comunicação não pode prescindir de adequação da infraestrutura de regulamentação do trabalho docente. Se mal estruturado, é mais um fator de degradação das condições de trabalho, criando condições insalubres, causadoras de graves doenças físicas e emocionais. Nesse sentido, são urgentes novas formas de contratação, que considerem o trabalho realizado extraclasse. O contrato por hora-aula, predominante nas IES privadas, é absolutamente inadequado frente às novas relações de trabalho.

Outra questão importante é considerar o novo perfil dos professores das IES privadas. O censo de 2009 revela que a maioria dos professores está na faixa dos trinta anos (idade média 34 anos) e possui título de mestre e doutor (INEP/MEC-2009). Esta realidade coloca ao movimento sindical o desafio da comunicação com um professorado jovem e que entrou no mercado de trabalho na década neoliberal e que, além da idade e titulação, se diferencia em termos de valores e comportamento do perfil do professorado das últimas décadas do século passado. Este novo perfil de trabalhador exige um redimensionamento da comunicação sindical, que considere a importância das novas mídias, das redes de relacionamento e que faça a disputa ideológica, se contrapondo as técnicas de “captura” da subjetividade implementada pelas empresas.

Neste contexto, coloca-se a exigência de realização de grupos de estudo e pesquisa e de cursos de formação sindical que qualifiquem os dirigentes para o enfrentamento desta nova realidade, fornecendo subsídios teóricos para uma maior compreensão das possibilidades e limites da ação sindical. Nesse sentido, o desafio é avançar na unidade de ação entre professores e técnico e administrativos que supere o nível da resistência e aponte alternativas na definição de políticas de Estado para a educação. As propostas de emendas ao projeto de PNE, enviado pelo governo, formuladas pela CONTEE destacam várias questões relativas à educação superior. A limitação da participação do capital estrangeiro nas instituições de educação privadas é ponto primordial para garantia da soberania e do desenvolvimento do País e da qualidade da educação. O que implica numa luta mais ampla, em conjunto com os demais trabalhadores, por um novo projeto nacional de desenvolvimento, com distribuição de

renda, valorização do trabalho e no qual a educação tenha centralidade.

Enfim, vivemos um momento de aceleradas transformações no mundo do trabalho em educação, e uma nova conjuntura da vida política do país, o que exige novas estratégias que rompam com o imobilismo, a burocratização e o amadorismo nas ações sindicais dos trabalhadores. ◀

Notas:

¹A Estácio é administrada pelo fundo GP; a Anhanguera pelo banco Pátria; a Kroton pela Advent International; e a Laureate pelo fundo americano KKR. Além destes, vários outros fundos de investimentos estão presentes na educação brasileira, tais como Cartesian Group na Faculdade Maurício de Nassau; o Capital Group no Grupo Ibmec; o Fama na SEB (COC); o banco americano Best Associates (Texas) no Centro Universitário Jorge Amado; entre outros.

Referências:

ALVES, Giovanni – GRAMANI, M.C.N. A influência da qualidade na atratividade de instituições.

de ensino superior com capital aberto. Ensaio, Rio de Janeiro, jul./set. 2008.

BASSO, Iracy Salgado - Braga.

BOITO, Armando JR – “Política Neoliberal e Sindicalismo no Brasil” - São Paulo, Editora Xamã, 1999.

INEP, “Sinopse da Educação Superior no Brasil”, 2009. Disponível em: <http://www.inep.gov.br>.

IPEA – Publicação – “Vinte anos da Constituição Federal - Avanços e desafios” – 2009. Disponível em www.ipea.gov.br/sites/000/2/livros/2009/.../09

LEMONS PETTA, Maria Clotilde. “Contribuição para o projeto latino-americano de educação superior” – 2010.

DUARTE, Magna Corrêa de Lima e RIBEIRO, Paulo César Azevedo – “Panorama da Educação Superior Privada no Rio de Janeiro”. Disponível em: http://www.sinpro-rio.org.br/Ed_superior/panorama.html acesso em 11/07/2009.

MOARES, Daniele Gomes Pinto de – “Os números

da mercantilização da educação superior”, 2007.

Disponível em: <http://www.contee.org.br/noticias/contee/nco6.asp>

OYAMA, Edson Riuitiro - artigo “O negócio da educação superior: da educação-mercadoria ao capital financeiro” - 6º Colóquio Internacional Marx e Engels.

PEIXOTO, Madalena Guasco – “Reforma da educação superior”. IN: GILBERTO, Irene Janete Lemos (org) “Universidade em Tempos de desafio”. São Paulo - Santos: Editora Leopoldianun, 2006 . p29 - 39.

SANTOS Aparecida Fátima Tiradentes dos – “A reestruturação conservadora do “mercado” na Educação Superior privada” - em Revista CONTEÚDO Nº5 - Março/2010

SAVIANI, D. “História das ideias pedagógicas no Brasil”. São Paulo: Autores Associados, 2007.

SGUISSARDI, Valdemar - Artigo “Modelo de expansão da educação superior no Brasil: predomínio privado/mercantil e desafios para a regulação e a formação universitária”.

FETEERJ: Campanha Salarial 2011

Após duas assembleias, FETEERJ aceitou contra-proposta patronal de reajuste de 7% - um pouco a mais que o Índice Nacional de Preços ao Consumidor (INPC) do período de maio de 2010 até 30 de abril de 2011, que foi de 6,3% - e aumento real de 2% para quem recebe o piso da educação infantil ao 5º ano. Se o professor ganha o piso, o reajuste total será de 8,30%. Se ganha mais que o piso, será de 7%.

Além disso, houve o compromisso de abrir a discussão com uma comissão paritária para começar a discutir a questão da hora tecnológica, uma grande preocupação dos professores. A proposta encaminhada inicialmente pela FETEERJ previa um reajuste de 6,3% relativos ao INPC do período de maio de 2010 até 30 de abril de 2011 e mais aumento real de 5%, além do comprometimento com o início da discussão sobre a hora tecnológica.

Sobre a hora tecnológica

Hoje todas as escolas exigem que os professores lancem as notas online e, muitas vezes, até os planos de curso têm que ser lançados internet. Isso faz com que a carga de trabalho do professor, que já trabalha em cinco ou seis escolas, fique muito maior. "Muitas vezes o professor passa o final de semana no computador para dar conta desse trabalho. É uma hora extra. Antigamente o professor deixava as notas na escola e, geralmente, a secretaria se encarregava da função de passar as informações do aluno para os pais", contesta Lygia Maria Baptista Carreiro, Secretária de Administração e Finanças do Sinpro Niterói e Região. Além disso, existe um tempo estipulado pela escola para que a nota vá para a internet, a partir do momento que o professor aplica a prova. "Muitas vezes esse tempo é de 24 horas e o professor passa as noites e o final de semana no computador. Essa é a grande discussão que a FETEERJ está abrindo este ano e ela não vai se esgotar, porque nem nós professores temos ainda definido a forma que entendemos que a escola vai fazer esse pagamento", afirma, lembrando que a ideia é montar uma comissão para iniciar a discussão.



FITRAE-BC trabalha na unificação das negociações coletivas

A Diretoria da FITRAE-BC, por decisão da sua plenária, vem fazendo um trabalho de laboratório na busca de unificar as propostas para serem levadas às mesas de negociações das diversas entidades com os patrões, para renovação das Convenções Coletivas de Trabalho. Essa medida tem por objetivo organizar as campanhas salariais e fortalecer a luta das categorias diante do patronato. Várias reuniões foram promovidas com as entidades filiadas de Goiás, Tocantins e Distrito Federal com vistas um projeto de pauta unificado em pontos que tenham convergência nos contratos coletivos.

O Sinpro-GO fechou negociação com o Sinepe em 7% para quem recebe acima do piso. Para quem ganha o piso, o salário passou para R\$ 6,50 por hora/aula – SINAAE - SINEPE E SEPE: 7% - SEMESG: 6,4% - PUC-GO: 6,4% maio e 1% setembro - SINTEEA - SEMESG: 6,40% - Piso salarial: R\$ 600 - SINEPE: 7% - Piso: R\$ 575 - SINPROR - SINEPE: 7% acima do piso - Piso salarial: 10,2% - SEPE - SEMESG – SINTEPP - O índice não fechou ainda. Porém ficaram definidos os valores hora/aula para os Pisos Salariais: Ed. Infantil: 5,90 - Ed. Fundamental: 6,90 - Ensino Médio: 8,90

- Curso de Idioma: 14,57 - Curso preparatório: 22,00 – Graduação: 19,00 – Especialistas: 21,00 - Mestrado: 26,00 – Doutorado: 31,00 – SINTEPET: Está aguardando a resposta da contra proposta que foi feito de 7,41% - SINTEPP - O índice não fechou ainda. Porém ficaram definidos os valores hora/aula para os Pisos Salariais: Ed. Infantil: 5,90 - Ed. Fundamental: 6,90 - Ensino Médio: 8,90 – Curso de Idioma: 14,57 - Curso preparatório: 22,00 – Graduação: 19,00 – Especialistas: 21,00 - Mestrado: 26,00 – Doutorado: 31,00 – SINTEPET: Está aguardando a resposta da contra proposta que foi feito de 7,41% - SEMESG – SAEP-DF e Sinproep-DF: não fecharam, ainda, a negociação.

Para o próximo ano, a Federação pretende elaborar um projeto para a campanha salarial com peças publicitárias únicas para subsidiar as mobilizações. Com esse objetivo a FITRAE-BC vai realizar, no segundo semestre, reunião da diretoria plena para definir as estratégias que servirão de rumo para unificação das campanhas salariais de 2012.

FeteeSul: aumento real. Dá sim.

A Feteesul articula e coordena a Campanha Salarial dos Professores e Técnicos e Administrativos no Estado do Rio Grande do Sul. Compõem a Federação os oito sindicatos, sendo três de Professores e cinco de Técnicos e Administrativos.

A estratégia central da Campanha Salarial 2011

foi o aumento real. Com o lema “AUMENTO REAL. DÁ SIM”, fomos à luta e já na largada da Campanha realizamos uma assembleia conjunta de professores e técnicos e administrativos, reunindo quase mil professores e funcionários, numa demonstração de unidade e força para a luta que inicia-

va. Após inúmeras rodadas de negociação, muita mobilização, atividades de rua, carro de som diante das escolas e universidades, caminhadas e panfletagens, chegamos ao final de negociação – uma das mais duras dos últimos anos – com uma proposta de 1% de aumento real, integralizando 7,36%, assim distribuídos: 6.36% na data base (março), integralização de 7 % em maio e fechando o índice de 7.36%, em janeiro 2012.

A campanha foi encerrada após aprovação da proposta nas assembleias de todas as entidades, com uma avaliação positiva do processo da Campanha e também dos resultados obtidos. Caracterizada com um avanço, diante da intransigência e da estratégia patronal, vencida pela unidade dos sindicatos, das categorias e da mobilização, seguramente esta foi, como já afirmado, a mais intensa Campanha Salarial dos últimos anos no Estado do Rio Grande do Sul.

Arquivo FeteeSul



Negociações coletivas na base da FITEE

As negociações dos Sindicatos da base da FITEE – Federação Interestadual dos Trabalhadores em Estabelecimento de Ensino, que se constitui dos Sindicatos de Professores e Auxiliares Administrativos dos Estados de Minas Gerais e Espírito Santo, como no resto do País, se deu com dificuldade, com os donos das instituições de ensino querendo tirar a todo custo direitos há anos consagrados nas convenções coletivas.

A negociações em Minas Gerais, tanto dos professores, como dos Auxiliares, finalizaram em sua maioria no mês de Abril, com assinatura das Convenções Coletivas com um ganho real médio 1,5 por cento. O ponto alto das negociações foi o movimento de paralisação dos professores na região central do estado, que influenciou sobremaneira no processo, levando as outras regiões a buscarem um acordo mais viável para as categorias e culminando na assinatura dos instrumentos normativos sem nenhuma retirada de direitos históricos.

No Espírito Santo, até o fechamento desta edição de CONTEÚDO, no início de junho, nem o Sindicato dos Professores, nem o dos Auxiliares, tinha chegado a acordos. A intransigência da categoria patronal em não atender às demandas das categorias é ainda maior. O Sindicato dos Auxiliares de Administração do Espírito Santo promoveu uma paralisação, que teve a adesão de 70% da categoria, o que forçou o patronal a abrir novamente o processo de negociação, que haviam fechado. Mais uma vez a união da categoria se fez presente e com resultado vitorioso no processo negocial. As negociações no Estado continuaram em andamento, esperando chegar a um acordo ainda no mês de junho.

Arquivo Fitee



Arquivo Fepesp



Fepesp e sindicatos assinam por dois anos com o Sesi e o Senai e o ensino superior

A Fepesp e os 23 sindicatos que a integram concluíram em maio as negociações no ensino superior e no Sesi/Senai. Na educação básica, a Convenção tinha sido assinada no ano passado. O reajuste em março/ 2010 foi de 7,42% e, em outubro, haverá ainda 21% de participação nos lucros. No ensino superior, a Convenção terá duração de dois anos. O reajuste em 2011 foi de 6,23% retroativo a março. Em 2012, haverá reposição da inflação em março e aumento real de 1,6% em agosto.

Pela primeira vez, a Campanha coordenada pela Fepesp envolveu também trabalhadores técnicos e administrativos do ensino superior. O reajuste foi o mesmo definido para os professores, exceto pelo piso salarial, que passou para R\$700, um reajuste de 29,3%.

A partir de 2012 poderão ser reembolsadas as contribuições sociais (INSS, PIS) referentes às bolsas de estudo integrais concedidas aos filhos e dependentes que ingressarem na instituição no próximo ano. Isso não se aplica às IES que gozam de isenção ou imunidade, nem às bolsas integrais dos professores e funcionários. Uma comissão paritária especial deve propor alternativas até outubro de 2012 para o pagamento da hora-tecnológica, educação a distância, tutorias, bolsa de estudo e plano de carreira.

No Sesi/Senai, o reajuste foi de 8% em março e 9% no vale-refeição. Com a mobilização (cada assembleia reuniu no Estado mais de 2 mil professores), os direitos foram assegurados por dois anos. Denúncias de assédio moral serão tratadas por uma comissão paritária formada por representantes de empregados e patrões.

Base da FITRAE-MT/MS mantém todas as cláusulas sociais

Todos os acordos fechados pelas entidades da base da FITRAE – MT/MS mantiveram suas cláusulas sociais. No Sintrae/MS e no Sintrae Sul, com data base em 1º de março, os salários dos Professores, Auxiliares Administrativos, Auxiliares Docentes e Auxiliares de Serviços Gerais, pagos acima dos pisos, foram reajustados linearmente pelo índice de 7,3%. Já na Educação Infantil e anos iniciais do Ensino Fundamental (1º ao 5º anos), os Auxiliares Administrativos, Auxiliares Docentes e Auxiliares de Serviços Gerais foram reajustados pelo índice de 7,5%. Os anos finais do Ensino Fundamental (6º ao 9º anos), Ensino Médio, Cursos Livres e Idiomas e Educação Superior foram reajustados pelo índice de 7,3%.

No Sintrae Pantanal, que tem data base em 1º de março, os salários dos Professores, Auxiliares Administrativos, Auxiliares Docentes e Auxiliares de Serviços Gerais, pagos acima dos pisos, foram reajustados pelo índice de 6,9%. Na Educação Infantil e

anos iniciais do Ensino Fundamental (1º ao 5º anos), Auxiliares Administrativos, Auxiliares Docentes e Auxiliares de Serviços Gerais receberam reajustes pelo índice de 7,2%. E os anos Finais do Ensino Fundamental (6º ao 9º anos), Ensino Médio, Cursos Livres e Idiomas e Educação Superior índice de 7,3%.

A partir de 1º de maio, no Sintrae SEMT, que também tem data base em 1º de março, os salários dos trabalhadores em estabelecimentos particulares de ensino foram reajustados pelo percentual de 6,7% sobre os salários devidos em maio de 2010.

A partir de 1º de abril de 2011, no Sintrae VAMT, com data base em 1º de abril, os salários dos trabalhadores em estabelecimentos particulares de ensino tiveram reajuste de 6,7% sobre os salários devidos em abril de 2010.

Já o Sintrae MT, com data base em 1º de maio, não fechou acordo.

Fetraesc: impasse na compensação de horas

Aconteceram várias rodadas de Negociação Coletiva, entre a Fetraesc e suas entidades da base com o Sinepe. O impasse permaneceu na cláusula de compensação de horas. Sem acordo, os dirigentes dos sindicatos dos trabalhadores apresentaram propostas, que estão sendo analisadas pelo Sinepe.

Após estes encontros, inclusive na DRT, por conta do limite da Data Base, o Sinepe enviou nova modificação da cláusula de compensação, mas se nega a retirar de sua proposição os “acordos individuais”. Os dirigentes dos sindicatos dos trabalhadores do ensino entendem que os acordos individuais são para casos isolados e semanais, ao contrário do que o patronal propõe, de esta-

belecer acordos anuais entre o empregador e o trabalhador, sem a presença do sindicato.

Nova reunião está marcada para se tentar fechar um acordo. Caso não haja possibilidade, irá novamente à Dissídio Coletivo. Sinpro Itajaí e Saae Oeste já fecharam a Negociação Coletiva 2011/12 com o Sinepe. Nestes acordos, foi garantido o INPC, de 6,36%, e mais 0,44% de ganho real, somando 6,8% de reajuste; também ficam garantidas as cláusulas sociais até 2013, além do reajuste econômico, até a data base de 2012.

Após o encerramento do processo negocial, a Fetraesc fará reunião de avaliação da Negociação Coletiva.

É preciso instituir o *Sistema Nacional de Educação*

Em entrevista exclusiva à CONTEÚDO, o Professor Carlos Roberto Jamil Cury, docente da Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais (PUC-MG), professor emérito da Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG) e integrante da Câmara de Educação Básica do Conselho Nacional de Educação, fala sobre a perspectiva de expansão do setor privado de ensino superior, a financeirização da educação, a valorização dos trabalhadores e a necessária instituição do Sistema Nacional de Educação.



Após a expansão descontrolada do início dos anos 90, sem critérios ou garantias de qualidade para a autorização de abertura de cursos, e a abertura de capitais das IES com a formação de conglomerados educacionais nos anos 2000, qual o cenário do mercado de educação superior privada e a sua expectativa para o comportamento das IES na próxima década?

Professor Carlos Cury – Eu diria que na década de 90 houve uma excessiva tolerância para com a expansão privada do ensino superior, apesar de haver tido alguns critérios postos na LDB de 1996. Houve um tipo de laxismo que consistiu num “fechar de olhos” para as insuficiências e inconsistências detectadas. Basta verificar se houve, no período, algum descredenciamento, ato previsto pela LDB em razão de insuficiências contínuas. O mercado privado dependerá de algumas variáveis: o segmento público expandido no governo Lula para ou continua?, a capacidade de pagamento de mensalidades da parte do segmento social da população interessado no ES “bateu ou não no teto”?, e qual será a taxa de conclusão dos estudantes do ensino médio?

O senhor utiliza a expressão “financeirização” da educação. Existe diferença entre financeirização e mercantilização da

“A financeirização é uma espécie do gênero mercantilização”.



Fotos: ALMG

educação? Qual?

Professor Carlos Cury – A financeirização é uma espécie do gênero mercantilização. A financeirização é um diferencial do capitalismo contemporâneo no qual o capital financeiro não financia o setor produtivo, ele especula com todo o tipo de rendimentos para os rentistas, distorcendo o que deveria o ser financiamento.

A grande demanda de vagas no ensino superior e a adoção de políticas de incentivo fiscal mediante a oferta de bolsas de estudos para estudantes oriundos da escola pública em universidades particulares – por meio do Programa Universidade Para Todos – transformou o setor privado no grande responsável pela formação superior no País. Qual a sua opinião sobre a destinação de recursos públicos no financiamento da educação privada? Não seria ideal que o governo ampliasse as vagas nas universidades públicas?

Professor Carlos Cury – O ProUni teve um momento inicial. Nele se exigia uma contrapartida das instituições privadas sem fins lucrativos para a isenção fiscal de que gozam pelo art. 150 da Constituição atual. Tal isenção advém desde 1934 e a contrapartida era muito flácida. Dada a demanda represada, o governo Lula buscou meios de ampliar a entrada. O ProUni

foi um deles, que junto com o Reuni e com a expansão da rede pública federal constituíram novos mecanismos de abertura. A questão se torna severa quando a franquia do ProUni se estendeu para as instituições privadas típicas. A pergunta que pode ser feita é dupla, econômica e política: caso caia, por emenda constitucional, a isenção prevista no artigo 150, os recursos entrantes serão maiores do que o valor somado das bolsas?, e mais ainda: o governo tem interesse político em enfrentar uma emenda constitucional desse porte? Nada disso deve retirar a vontade dos governos (federal e estaduais) em ampliar sua rede. Mas não tenham dúvidas: os tradicionais adversários da gratuidade não se conformam com essa dimensão no interior das instituições oficiais.

“Não há avaliação de

A contrapartida social das instituições privadas que recebem recursos do ProUni não deveria ser ainda mais intensa, garantindo a oferta de vagas em cursos em áreas estratégicas para o desenvolvimento nacional e o cumprimento dos padrões de qualidade social?

Professor Carlos Cury – Inteiramente de acordo. A questão é que isso implicaria em uma maior intervenção nas vagas dessas instituições, já que os critérios de entrada em certas áreas são mais apertados do que o previsto pelo Prouni. Estará o governo apto a enfrentar essa polêmica?

Qual é, em sua opinião, a estratégia a ser adotada para a valorização dos profissionais de educação

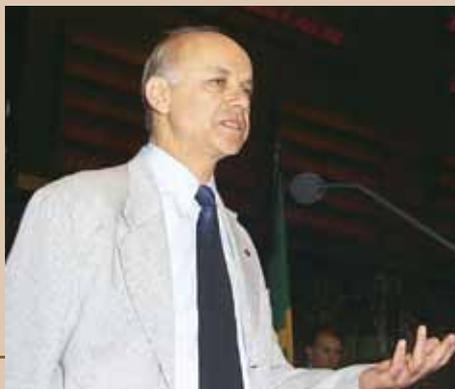
no setor privado, frente à mercantilização do ensino e a desnacionalização da educação?

Professor Carlos Cury – Se você verificar a legislação sobre o assunto, verá que o acompanhamento dos resultados da lei dos SINAES e o próprio conhecimento da mesma são ainda insuficientes da parte das associações. E isso se dá porque na base da educação está a noção de bem público para todas as instituições e de serviço público para as oficiais. Ora, um bem público (conhecimento a ser transmitido como garantia da validade dos diplomas que geram até nichos reservados de mercado profissional) deve ter garantia de qualidade. Ora, sem valorização dos profissionais e com a financeirização, o resultado é a sobreposição de um bem privado sobre um bem público.

O tripé: regulação X autorização X avaliação é o melhor caminho para garantir a qualidade no setor privado de ensino?

Professor Carlos Cury – O problema não está nesse tripé. Está nas consequências advindas do bom encaminhamento do tripé. Uma avaliação sem consequências se desmoraliza. Uma autorização frouxa traz resultados ruins para todo o processo, pois não se pode deixar tudo (quando se deixa) para um post avaliação. Nesse caso, o mal pode já ter sido perpetrado na profissionalização de pessoas que terão responsabilidades com os cidadãos. A regulação pode ser melhor compreendida quando digo seu oposto: des-regulação. Ou seja, não há controles e nem medidas para se chegar aos fins almejados. Regulação tem a ver com qualidade e com uma qualidade conforme aos fins, princípios e objetivos. Volto, pois, à lei do SINAES. A rede privada de ensino superior faz parte do sistema público federal. Daí o art. 209 da Constituição. Não há avaliação de qualidade sem regulação. Mas hoje temos um verdadeiro cipoal

“A rede privada de ensino superior faz parte do sistema público federal. Daí o art. 209 da Constituição”.



qualidade sem regulação”.

no âmbito legal e normativo. Talvez a proposta de um sistema nacional possa gerar mais clareza no aspecto de regulação.

O senhor considera possível compatibilizar um modelo baseado em universidades de pesquisa com a democratização de acesso ao ensino superior? De que forma isso seria possível?

Professor Carlos Cury – A pergunta a ser feita é: será que todos os universitários presentes nas universidades (que devem se distinguir pela pesquisa) querem fazer pesquisa? Rigorosamente, a graduação é profissionalizante. Em determinado momento, o estudante avalia se quer ou não investir em pesquisa. Buscará a iniciação científica, a monitoria ou outro mecanismo que demonstre interesse para tal. Nesse sentido, a democratização do acesso só tende a ampliar as possibilidades de seleção dos mais interessados na pesquisa. Em que pese uma comparação meia-sola, quanto mais jogadores houver de todas as procedências sociais, étnicas e regionais, em princípio, melhor e mais diferenciada será a seleção daquele país.

A flexibilização das consequências da Lei do SINAES pela Justiça brasileira é um entrave importante na luta pela qualidade de educação no Ensino Superior privado? É necessária uma nova jurisprudência na área?

Professor Carlos Cury – Concordo inteiramente. Nosso judiciário ainda tem uma cultura do liberalismo clássico em que o direito individual é o ponto hegemônico de sua leitura do real. Há indicações de que jovens presentes no Ministério Público tendem a ler o real também pelo ângulo dos direitos sociais.

Como o PNE pode contribuir para a expansão do ensino superior público e equilibrar a oferta de vagas (hoje 75% das matrículas na esfera privada) entre a educação pública e a privada?

Professor Carlos Cury – Aqui não há outro caminho: trata-se de ampliar o segmento público (estadual e federal), mesmo que essa ampliação não se faça necessariamente pela ereção de universidades. Uma federação de faculdades públicas pode muito bem atender à diversidade regional pela qualidade de seu ensino e pela riqueza de recursos didáticos em suas



instalações como bibliotecas atualizadas, laboratórios de ensino, assinaturas de revistas científicas e, mais do que tudo, professores qualificados.

A CONTEE elaborou emendas ao Projeto de Lei do novo Plano Nacional de Educação (PNE). Entre elas destaca-se a emenda que inclui nas metas do Plano a instituição do Sistema Nacional de Educação. O senhor considera essa iniciativa importante para melhorar as condições de ensino e trabalho no setor privado de educação? Por quê?

Professor Carlos Cury – O Sistema Nacional de Educação já foi criado pela emenda 59/09. É preciso instituí-lo. Com ele espero que haja uma redefinição do significado e do campo da função supletiva da União em favor de um papel mais proativo da União, não apenas na coordenação e avaliação de políticas, mas na sua formulação e regulação. **c**

“Hoje temos um verdadeiro cipóal no âmbito legal e normativo. Talvez a proposta de um sistema nacional possa gerar mais clareza no aspecto de regulação”.

Representação dos trabalhadores do “Sistema S”

Por José Geraldo de Santana Oliveira*

No parecer abaixo, o consultor jurídico da CONTEE, Dr. José Geraldo de Santana Oliveira, fala sobre as dificuldades enfrentadas nas relações e negociações entre os sindicatos de professores e técnicos e administrativos do setor privado de ensino e as empresas que compõem o chamado “Sistema S”.



Os sindicatos dos trabalhadores em estabelecimentos de ensino de todo o Brasil, com frequência, registram, nas reuniões promovidas pela Confederação Nacional dos Trabalhadores em Estabelecimentos de Ensino (CONTEE), as crescentes dificuldades, opostas pelo Senai e pelo Senac, para o cumprimento da legislação trabalhista, que regulamenta as relações de trabalho dos profissionais de educação, por ele representados, notadamente, quanto aos que atuam em cursos técnicos e de formação inicial.

As referidas entidades de formação profissional, com a finalidade de se desobrigarem do cumprimento da legislação trabalhista, no tocante aos epígrafados profissionais de educação, argumentam que eles são instrutores e/ou auxiliares de instrução; sendo que, por isso, não se pode enquadrá-los como professores e como auxiliares de administração escolar, ou, como profissionais de educação escolar, como o faz o Art. 61, desta Lei; mas, sim, como profissionais da área de cultura, o que transfere a sua representação sindical dos Sinpros e Saaes para os Senalbas.

Com o devido respeito a tais entidades de formação profissional, o argumento delas não resiste ao cotejo entre a legislação trabalhista, a sindical, a educacional e a que as cria, como se procurará demonstrar a seguir.

Inicialmente, destacam-se o alcance e os objetivos da educação, consoante dispõem o Art. 205, da Constituição Federal, e o 1º, da LDB.

“Art. 205 - A educação, direito de todos e dever do Estado e da família, será promovida e incentivada com a colaboração da sociedade, visando ao pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho”.

“Art. 1º - A educação abrange os processos formativos que se desenvolvem na vida familiar, na convivência humana, no trabalho, nas instituições de ensino e pesquisa, nos movimentos sociais e organizações da sociedade civil e nas manifestações culturais”.

Extrai-se da leitura dos dispositivos constitucional e legal retrotranscritos que, o primeiro, define os objetivos da educação, e, o segundo, o seu alcance; sendo que todo processo formativo, não importando onde se desenvolve, é de caráter educacional, pois que tem como objetivo único as três dimensões educacionais, constitucionalmente elencadas.

Ao regulamentar o Capítulo Constitucional da Educação, Arts. 205 a 214, a LDB estabelece, em seu Art. 1º, que a

educação, na busca da consecução de seus objetivos constitucionalmente definidos, desenvolve-se de maneira formal e não formal.

A educação formal é aquela que se sujeita a regras e parâmetros estipulados pelos respectivos sistemas de ensino de que tratam o Art. 211, da Constituição Federal, e o 9º, 10, 11, 16, 17 e 18, todos da LDB, e que se desenvolve em instituições ensino em sentido estrito. Nesta condição, encontram-se os níveis de ensino, básico e superior, abrangendo as suas diversas etapas e modalidades, inclusive os cursos profissionalizantes de níveis técnico e tecnológico, regulamentados pelos Arts. 39 a 42, da LDB.

A educação não formal é aquela que, ao contrário da formal, não se sujeita a nenhuma regra ou parâmetro, determinados pelos sistemas de ensino; desenvolvendo-se livremente em ambientes familiares, de trabalho e, até mesmo, em instituições de ensino, como o é o curso de educação profissional de formação inicial, previsto no Art. 39, § 2º, inciso I, da LDB, bem assim, os cursos de línguas e preparatórios.

Essa divisão legal da educação acha-se delineada com propriedade no Parecer CNE/CP N. 15/2009, da lavra o ilustre Conselheiro e Presidente da Câmara de Educação Básica do Conse-



** Licenciado em História, Bacharel em Direito, Coordenador do Departamento Jurídico do SINPRO-GO; Assessor jurídico do SINTRAE-MS; Membro do Conselho Estadual de Educação do Estado de Goiás, presidente da Câmara de Educação Básica desse Conselho; e Consultor jurídico da CONTEE.*

“Os trabalhadores dos cursos técnicos, tecnológicos e de formação inicial do Senai e do Senac são professores e auxiliares de administração escolar, para todos os fins e efeitos legais”.

lho Nacional de Educação, Francisco Aparecido Córdão; devidamente homologado pelo Senhor Ministro de Estado da Educação, por meio de Despacho publicado no Diário Oficial da União, página 174, de 11 de setembro de 2009.

No que tange à educação profissional, acha-se, igualmente, delineada na LDB, Arts. 39, § 2º, inciso I, e 42, que estabelece, de forma literal:

“Art.42- As instituições de educação profissional e tecnológica, além dos seus cursos regulares, oferecerão cursos especiais, abertos à comunidade, condicionada a matrícula à capacidade de aproveitamento e não necessariamente ao nível de escolaridade”.

Assentados os objetivos, o alcance e as formas de desenvolvimento da educação, há de se assentarem a natureza do Senai e o Senac e as formas de educação às quais se obrigam.

O Senai foi criado pelo Decreto-Lei N. 4.048/1942, com a finalidade de organizar e administrar as, em todo o país, escolas profissionalizantes, consoante o seu Art. 2º. Já o Senac foi criado pelo Decreto-Lei N. 8.621, de 10 de janeiro de 1946, igualmente, com a finalidade de organizar e administrar, em todo o território nacional, as escolas de aprendizagem

comercial (Art. 1º, caput e Parágrafo único), bem assim “de colaborar na difusão e no aperfeiçoamento do ensino comercial de formação e de ensino imediato que com ele relacionar diretamente..” (Art.3º).

Como se constata, pela simples leitura dos Decretos-Lei retrós, o Senai e o Senac, por determinação legal, possuem, desde a sua criação, natureza de instituição de ensino; sendo que, também por determinação legal, oferecem a educação formal, consubstanciada, nos cursos técnicos e tecnológicos, e a não formal, que se desenvolve por meio dos cursos de formação inicial; tendo aqueles e estes essas denominações por força do que determina a LDB.

Os cursos técnicos e tecnológicos, de educação formal, sujeitam-se ao credenciamento, à autorização e ao cumprimento dos parâmetros, todos de competência dos respectivos sistemas de ensino; sendo os primeiros, pelos sistemas estaduais, e, os segundos, pelo federal.

No que pertine aos cursos de formação inicial, muito embora, não dependam de credenciamento e de autorização pelos sistemas de ensino, são oferecidos, desde a criação das duas instituições de formação profissional sob comentários, por determinação legal, atualmente, pelo Art. 42, da LDB.

Conhecidas natureza e a forma de atuação do Senai e do Senac, que são, respectivamente, instituições de ensino profissionalizantes, de educação formal e não formal, parece não restar dúvida alguma quanto ao enquadramento sindical de seus trabalhadores, que é, obrigatoriamente, o dos empregados em estabelecimentos de ensino, que, em todo o Brasil, são legal e legitimamente representados pelos sindicatos de professores, quanto aos docentes, e pelos sindicatos de auxiliares de administração escolar, quanto aos administrativos. Não havendo, portanto, entre tais trabalhadores e os Senalbas, qualquer identidade; porquanto estas entidades sindicais têm a sua representação legal restrita aos trabalhadores da área de cultura.

Para comprovar essas assertivas, basta que se analisem os dispositivos legais que regulamentam a associação em sindicato, e, por conseguinte, as categorias profissionais e que, consoante a pacífica jurisprudência do Supremo Tribunal Federal (STF) foram recebidos pela Constituição Federal de 1988, ou seja, com ela não se contradizem.

O Art. 511, da CLT, que trata da associação em sindicato, em seu § 2º, estabelece os parâmetros legais para a consti-

tuição de categoria profissional, estabelecendo:” A similitude de condições de vida oriunda de profissão ou trabalho em comum, em situação de emprego na mesma atividade econômica ou em atividades econômicas similares ou conexas, compõe a expressão social elementar compreendida como categoria profissional.

Para o doutrinador e Juiz do Trabalho em São Paulo, Sérgio Pinto Martins, em sua CLT Comentada, edição de 2010, página 561, a categoria profissional “é o conjunto de trabalhadores que têm, permanentemente, identidade de interesses em relação à sua atividade laboral”.

O Supremo Tribunal Federal (STF), ao julgar o recurso em mandado de segurança, R-MS 21.305.1-DF, de 1991, firmou jurisprudência no sentido de que a categoria profissional resulta das peculiaridades da profissão ou da atividade econômica da empresa ou das empresas da base territorial definida, nos termos constitucionais (Art. 8º, inciso II).

Com base na lei, na doutrina e na jurisprudência do STF, pode-se afirmar, de maneira extrema de dúvidas, que os trabalhadores nos cursos técnicos e de formação inicial, do Senai e do Senac, quer pelas peculiaridades das profissões que exercem, quer pela atividade preponderante dessas entidades de formação profissional, que é a educação, enquadram-se como trabalhadores em estabelecimentos de ensino, cuja representação sindical, indiscutivelmente, cabe aos sinpros, quanto aos professores, imprópria e indevidamente denominados de instrutores, e aos saaes, quanto aos auxiliares de administração escolar.

No que diz respeito aos professores, soma-se a esses aspectos, já enumerados, o de ser categoria diferenciada, definida pelo Art. 511, § 3º, da CLT, por exercerem funções diferenciadas, por força de lei, que lhes atribui estatuto profissional especial e condições de vida singulares, consoante os Arts. 13, 61, inciso I, 62, 66 e 67, todos da LDB.

Destarte, por qualquer ângulo que se analisar a questão sob discussão, é forçoso concluir que os empregados do Senai e do Senac, que atuam em cursos técnicos e de formação inicial são professores e auxiliares de administração escolar, consoante o caso, e, portanto, são representados, respectivamente, pelos sinpros e saaes, não importando as denominações que se lhe dêem, pois, de acordo com o princípio da primazia da realidade, que rege os contratos de trabalho, prevalece o real sobre o formal, ou o conteúdo sobre a forma.

Ressalta-se que, igualmente, são professores e auxilia-

res de administração escolar os trabalhadores do Senai e do Senac, que atuam nos cursos tecnológicos. Não se tratando deles, aqui, pelo fato de não haver divergência sobre o efetivo e devido enquadramento sindical.

Ademais, mesmo que pairasse dúvida, por mais remota que fosse, sobre o enquadramento sindical dos trabalhadores no Senai e no Senac, em cursos técnicos e de formação inicial, o que não se registra, conforme a fundamentação retro, ainda assim, o seu enquadramento seria de professores e de auxiliares de administração escolar, em estrita observância ao que estabelece o Art. 511, §1º, da CLT, haja vista a atividade preponderante dessas entidades de formação profissional ser o ensino.

Ante ao exposto, pode-se afirmar, de forma segura e devidamente respaldada legal, doutrinária e jurisprudencialmente, que os trabalhadores dos cursos técnicos, tecnológicos e de formação inicial do Senai e do Senac são professores e auxiliares de administração escolar, para todos os fins e efeitos legais. Não cabendo, por conseguinte, dúvida alguma sobre quais são as entidades que os representam, bem como quais os dispositivos legais que se lhe aplicam, tanto no tocante à legislação educacional quanto à trabalhista. **c**





Arquivo Arquivo

Congresso da CEA: unidade na luta por educação de qualidade

Aconteceu em São Paulo, nos dias 23 a 25 de março, o XIX Congresso da Confederação de Educadores Americanos (CEA), com o tema “Construindo a unidade na diversidade, comprometidos com uma educação a serviço de nossos povos”. A atividade foi organizada pela CEA, juntamente com a CONTEE, CNTE, Fasubra, Sinasefe, SNTTE, e contou com a presença de educadores de diversos países como: Portugal, Espanha, México, Brasil, entre outros.

Diversos diretores da CONTEE participaram do Congresso e acompanharam as discussões sobre o papel da CEA e da educação de maneira geral na construção de políticas de desenvolvimento com soberania nacional. De acordo com Wellington Teixeira, diretor da CONTEE e reeleito 1º vice-presidente da CEA, os debates sobre esse tema se tornam ainda mais importantes no atual momento político, em função da existência de governos progressistas em diversos países da região latinoamericana.

Outro tema abordado durante a atividade foi a expansão do ensino, especialmente, superior nas instituições privadas. De acordo com Wellington, nenhum país da região tem um setor privado tão grande como o Brasil, mas já apresentam crescimento significativo. “Por isso, temos muito a contribuir. Afinal, temos entidades sindicais de professores e trabalhadores em educação privada no Brasil com mais de 80 anos de história e um acúmulo muito expressivo na luta contra a mercantilização da educação e a regulamentação do setor. E na maioria dos países vizinhos não há sequer liberdade sindical no setor privado”, informou.

O XIX Congresso da CEA elegeu nova diretoria para a entidade, que será presidida agora por Fernando Rodal (Uruguai).

Na Grécia: CONTEE participa do 16º Congresso da FSM

Compondo uma expressiva delegação brasileira, diretores da CONTEE participaram, entre os dias 6 e 10 de abril, em Atenas (Grécia), do 16º Congresso da Federação Sindical Mundial (FSM), que teve como tema: “Trabalhadores levantem-se! Contra a barbárie capitalista, pela justiça social, por um mundo sem exploração”. Entre os pontos de debate: a crise econômica internacional — as suas consequências para os trabalhadores; problemas laborais (desemprego, direito e liberdade sindical, privatizações, segurança social, saúde, educação etc.); balanço das atividades realizadas no último período pela entidade; e as novas tarefas da FSM.

A CONTEE foi representada pela Coordenadora Geral da entidade, Madalena Guasco Peixoto, e pela Secretária de Comunicação Social, Maria Clotilde Lemos Petta. Além delas, demais dirigentes sindicais e diretores da Confederação acompanharam a atividade internacional, entre eles: o presidente da FITEE, Edson de Paula; o vice-presidente da CEA, Wellington Teixeira; o presidente do Sinpro-Minas, Gilson Reis; e a Secretaria de Formação e Cultura da CTB, Celina Areas.

O secretário-geral da FSM, George Mavrikos, foi reeleito por unanimidade para o cargo, assim como o presidente Muhammad Shaaban Azzouz. Também foi eleita uma nova diretoria para o próximo mandato, na qual João Batista Lemos, secretário adjunto de Relações Internacionais da CTB, assume o cargo de vice-presidente.

A FSM foi fundada em 1945, em Paris (França), com o objetivo de ser uma organização com caráter de classe, que unisse todos os trabalhadores contra o capital e contra a exploração, independentemente de diferenças políticas, religiosas, de gênero e outras. Além de apoiar a luta dos povos contra as guerras e ocupações imperialistas. Atualmente, a FSM representa 210 organizações de 120 países, tendo mais de 78 milhões de membros.

Arquivo Contee



VII Encontro de Gênero da CONTEE analisa participação feminina nas entidades

A cidade de São Paulo sediou, nos dias 13 e 14 de abril, o VII Encontro de Gênero da CONTEE, que debateu a questão da mulher no mundo do trabalho; as lutas a serem travadas para garantir políticas públicas que priorizem a equidade de gênero; a participação da CONTEE na III Conferência Nacional da Mulher, que acontecerá em Brasília, em dezembro; e a participação feminina em entidades filiadas à Confederação.

Num ambiente cuidadosamente preparado para o Encontro, entre flores e decoração temática, cada companheira participante recebeu uma bolsa feita de tecido de “chita”, com materiais e a programação da atividade, além de uma pequena lembrança (para mulheres um porta batom, para homens um porta-cartão).

A atividade recebeu a representante da Secretaria de Políticas para Mulheres (SPM), Maria Lucia Braga, que falou em nome da Ministra Iriny Lopes. Para ela, temos hoje, mais do que nunca, a oportunidade de desenvolver e avançar nas políticas públicas para as mulheres, uma vez que a Presidenta Dilma tem uma articulação neste tema, identificada com uma agenda de igualdade de gênero. Uma



Rosana Vilas

atividade cultural encerrou os trabalhos do primeiro dia do Encontro com a apresentação de um grupo de comediantes de StandUp Comedy.

Na manhã do dia 14, a Secretária de Gênero e Etnia da CONTEE, Nara Teixeira, apresentou uma ampla pesquisa, realizada pela Confederação, que levantou o número de homens e mulheres que compõem as diretorias dos sindicatos e federações filiados.

Como é notadamente conhecido: a categoria de trabalhadores em educação é majoritariamente feminina. Segundo pesquisa do Ministério da Educação, realizada em abril de 2010, as mulheres são 50% entre professores do ensino superior; 71% do ensino médio; e 85% do ensino fundamental. Entretanto, essa representatividade ainda não se reflete nas organizações sindicais. Entre os dados apresentados no Encontro, entre os 1838 dirigentes que formam as diretorias das 81 entidades filiadas à Confederação, 60,07% são homens e 39,93% mulheres. A diferença torna-se ainda mais expressiva quando focamos a participação das companheiras nos cargos de presidência e coordenação das entidades. Nestes casos, os homens ocupam 78% dos postos de direção das entidades.

Para Nara Teixeira, apesar a eleição da presidenta Dilma Rousseff, o Brasil ainda precisa avançar muito para garan-

tir às mulheres igualdade na ocupação dos espaços sociais. “No mundo do trabalho, a mulher ainda tem que conviver com o absurdo das diferenciações salariais, além de outras discriminações”, ressaltou Nara.

Contudo, a luta das mulheres nos movimentos sociais e sindicais não se limita à questão de gênero, como destacou a dirigente: “ao lado da justa luta pelos direitos da mulher, nós, mulheres sindicalistas, também temos que desenvolver a luta por maior justiça social, pela construção de uma sociedade igualitária para todos e todas. E entrelaçar de forma eficaz essas bandeiras é o grande desafio para as mulheres conscientes de seus direitos”, finalizou.

Arquivo Contee



Audiência com Ministro Fernando Haddad

Dirigentes da CONTEE foram recebidos em audiência pelo Ministro da Educação, Fernando Haddad, no dia 18 de abril, em Brasília/DF. Participaram do encontro: a Coordenadora Geral da CONTEE, Madalena Guasco Peixoto; a Secretária Geral, Cristina Castro; a Secretária de Assuntos Educacionais, Adércia Hostin; o Secretário de Organização e Políticas Sindicais, Fábio Zambon; a Secretária de Formação e Políticas Sociais, Rita Fraga; o Coordenador Regional Nordeste, Manoel Henrique Filho; e o diretor da entidade, Osvaldo Souza Santos.

Entre os temas discutidos com o Ministro, destacam-se questões relacionadas à educação superior e o combate à sua desnacionalização e as recentes reformulações no MEC e na secretaria de regulação. Além disso, foi apresentado à Haddad um dossiê, elaborado pelo Sinpro-SP, com denúncias de irregularidades do Grupo Educacional UNIESP (União das Instituições Educacionais do Estado de São Paulo).

Encontro no Chile discute uma pedagogia emancipadora

A Internacional de Educação para a América Latina (IEAL) realizou, nos dias 28 e 29 de abril, uma reunião sub-regional do Cone Sul para debater o tema: “Uma pedagogia alternativa em defesa da educação pública”, no marco do Projeto Escolas Democráticas. Prestigiaram a atividade diversos sindicatos e entidades nacionais de educação filiadas à IE, entre elas a CONTEE, representada pela Secretária de Formação e Políticas Sociais, Rita Fraga Zambon. A atividade, que aconteceu em Santiago (Chile), teve o objetivo de discutir uma proposta pedagógica alternativa dos sindicatos de educação e uma ação sindical para a valorização dos docentes.

A Internacional da Educação para América Latina, junto com suas organizações filiadas, está desenvolvendo o projeto “Escolas Democráticas” com a intenção de formular ferramentas para os professores a fim de criar condições para a existência de escolas solidárias com uma pedagogia alternativa, com foco nos direitos humanos, perspectiva de gênero e respeito à diversidade. Segundo a IE, estas reuniões preparatórias são parte do momento que começam a construir os conteúdos que farão parte do documento base da VIII Conferência Regional da IEAL.

Arquivo Contee



CONTEE realiza Curso de Formação à distância

Começou, no dia 24 de maio, o Curso de Formação Política Sindical da CONTEE. A aula inaugural presencial com o Professor Ladislau Bowdor, que aconteceu no auditório do Sinpro-SP, na capital paulista, tratou da “Economia e Trabalho no final do século XX e início

Daniele Moraes



do século XXI”. Entre as questões abordadas: tecnologia do conhecimento; democracia econômica; as novas tecnologias e os desafios na área da educação; o papel da sociedade; democracia participativa; o papel da mídia; a importância de perceber e refletir sobre as mudanças ocorridas; as novas relações de trabalho; e os novos contornos do sindicalismo mundial e brasileiro.

O Curso é gratuito e tem como objetivo a formação continuada dos dirigentes sindicais, além de proporcionar a reflexão sobre o contexto histórico, político e social do mundo atual e as transformações no mundo do trabalho. Vale lembrar que esta aula inaugural foi gravada e após edição será disponibilizada pela plataforma Moodle – solo educacional. Os inscritos que não puderam comparecer terão a oportunidade de fazê-la on-line.

Saiba mais sobre o Professor Ladislau Dowbor no site: <http://dowbor.org>

MTE promoveu Seminário sobre o Trabalho

A CONTEE participou, no início de maio (03/05), em Brasília, de Seminário sobre o trabalho, promovido pelo Ministério do Trabalho e Emprego (MTE). Prestigiou a atividade o Ministro do Trabalho, Carlos Lupi, que, na ocasião, alertou sobre a importância da segurança e saúde no ambiente laboral.

A CONTEE foi representada pela Secretária Geral da entidade, Cristina Castro, e citada pela Ministra do Tribunal Superior do Trabalho, Dra. Delaíde Miranda Arantes, em sua saudação inicial, lembrando que foi assessora jurídica da Confederação. O destaque da atividade ficou por conta da apresentação do Ministro do TST Lélío Bentes Corrêa, que fez uma importante defesa da Convenção 158, contra demissão imotivada.

Arquivo Contee





Dirigentes presentes: a Coordenadora Geral da CONTEE, Madalena Guasco Peixoto; a Secretária de Assuntos Educacionais, Adércia Hostin; o Coordenador Regional Sul, Cássio Bessa; o Coordenador Regional Nordeste, Manoel Henrique da Silva; o Coordenador Regional Sudeste, Francílio Paes Leme; o Secretário de Assuntos Jurídicos, João Batista; a Secretária de Gênero e Etnia, Nara Teixeira; a Secretária de Comunicação Social, Maria Clotilde Lemos Petta; o diretor da entidade, Amarildo Pedro Cenci; e a diretora do Sinpro-RS, Cecília Maria Martins Farias.

Em Seminário, CNE apresenta emendas ao PNE

Dirigentes da CONTEE acompanharam o Seminário do Conselho Nacional de Educação sobre o Plano Nacional de Educação, que aconteceu nos dias 19 e 20/05, em Brasília/DF. A Coordenadora Geral da entidade, Madalena Guasco Peixoto, participou de uma das mesas da atividade e expôs as emendas que a CONTEE formulou para o novo PNE.

Em sua fala, Madalena destacou emendas formuladas pela CONTEE e pelas entidades irmãs, que participaram do processo de construção da Conferência Nacional de Educação (CONAE), e que tratam da regulação do setor privado de ensino, bem como a necessidade premente de incluir no PNE referência à instituição do Sistema Nacional de Educação – também aprovado na CONAE e não contemplado na atual proposta do Plano.

O CNE apresentou documento que propõe dez emendas ao projeto de lei do PNE. Uma das alterações que será sugerida é o aumento da meta do investimento pú-

blico em educação de 7% do Produto Interno Bruto (PIB) para 10%, em consonância com a Confederação e demais entidades nacionais de educação.

O conselho também quer metas mais ousadas de acesso à educação integral e a outras etapas de ensino. Enquanto a proposta do MEC é que 50% das escolas públicas de educação básica ofereçam a jornada ampliada até 2020, o CNE vai defender, via emenda, que esse patamar seja elevado para 80%.

Trabalhadores em educação fazem ato em Brasília

Arquivo Contee



Dirigentes da CONTEE acompanharam também a audiência pública que discutiu a qualidade da educação e o novo Plano Nacional de Educação.

A CONTEE participou, no dia 11/05, da manifestação organizada pela CNTE, em Brasília-DF, em frente ao Congresso Nacional, por melhores condições de trabalho e pelo cumprimento do piso salarial nacional do magistério. Durante o ato, os trabalhadores também reivindicam a aprovação ainda este ano do Plano Nacional de Educação (PNE) e a aplicação de 10% do Produto Interno Bruto (PIB) na área. Em seguida, as entidades participaram de audiência pública sobre “Qualidade da educação”, na Câmara dos Deputados.

A audiência contou com a participação de Cleusa Rodrigues Repulho, Presidenta da União Nacional dos Dirigentes Municipais de Educação - UNDIME; Thiago Peixoto, Secretário de Educação do Estado de Goiás e membro do Conselho Nacional de Secretários de Educação - CONSED; Roberto Franklin Leão, Presidente da CNTE; Daniel Cara, Coordenador-Geral da Campanha Nacional pelo Direito à Educação; e Mozart Neves Ramos, Conselheiro do Movimento Todos Pela Educação.

A CONTEE foi representada pela Secretária Geral da entidade, Cristina Castro, e pela Secretária de Gênero e Etnia, Nara Teixeira.

contee

Confederação Nacional dos Trabalhadores
em Estabelecimentos de Ensino

CONTEE 20 anos – Educação é nossa história

No ano em que completa 20 anos de existência, a CONTEE atualiza o logotipo da entidade e lança o selo comemorativo. O reposicionamento gráfico da marca buscou a modernização da identidade visual da entidade, refletindo o crescimento e o avanço da Confederação nos seus 20 anos de luta em defesa da educação e da valorização dos profissionais da área.

Além das mudanças visuais, a Campanha dos 20 anos da CONTEE contará ainda com a publicação de uma revista comemorativa, um vídeo institucional e uma exposição itinerante, que lembrarão os principais momentos da entidade e suas lutas históricas. O lançamento dos materiais e da exposição acontecerá no XV CONSIND da CONTEE, que será realizado nos dias 21 e 22 de outubro, em São Paulo/SP.



Osama, *troféu de Barak Obama*

Por Lejeune Mirhan *

A imprensa noticiou com grande estardalhaço que os Estados Unidos, autorizado diretamente pelo chefe do Império, o presidente Barak Obama, invadiu o Paquistão e liquidou o “terrorista nº 1” do planeta, Osama Bin Laden. Precisamos entender melhor esses episódios e as suas consequências.



Osama é um entre tantos casos que conhecemos de uma pessoa que nasce em berço esplêndido, milionário até, mas que em dado momento rompe com sua família e toma rumo completamente distinto do esperado por todos na família. Sua origem é saudita, como seu pai e avô. São milionários que mexem com construção civil e petróleo e possuíram, ao longo da história fortes ligações inclusive com George Bush (pai e filho). Ganharam muito dinheiro.

Quando a antiga URSS ocupou o Afeganistão em 1979 – segundo eles diziam “à pedidos do governo socialista desse país” (sic) – Osama sentiu “bater no peito heroica pancada” e, como anticomunista ferrenho pela formação islâmica fundamentalista que teve na Arábia Saudita e acabou indo engajar-se na luta dos mujahedins afegãos na resistência aos ocupantes soviéticos.

Nesse período, 1980, Reagan havia vencido as eleições americanas nos Estados Unidos, impedindo que o democrata

Jimmy Carter se reelegesse. A história começa a mudar nesse período, pois já desde o ano anterior Margareth Thatcher também vencera na Inglaterra e iniciava-se a era de ouro, por assim dizer, do neoliberalismo vigente até os dias atuais.

Os EUA, no afã de seguirem controlando o mundo, decidiram apoiar toda e qualquer resistência para barrar o avanço das forças mais progressistas e de caráter antiimperialista. Para isso tomaram duas medidas e fizeram dois acordos, com os quais amargaram muitos anos depois.

O primeiro deles, foi com Saddam Hussein no Iraque. Conqueram-no a guerrear contra a jovem República Islâmica do Irã em 1980, já sob o comando do Aiatolá Khomeini. Saddam foi armado e financiado com bilhões de dólares em dinheiro e armamentos e atacou sem piedade o seu vizinho o Irã por oito longos anos. Uma guerra sangrenta e suja da qual foram vítimas, por baixo, em torno de um milhão de pessoas. Houve até um escândalo famoso na época, chamado Irã - Contra, onde parte do dinheiro que o Congresso estadunidense aprovou para a guerra contra o Irã foi desviado para financiar os contra-revolucionários na Nicarágua, que em 1979 também havia feita a sua revolução com os sandinistas.

Um segundo acordo estratégico feito pelo governo reacionário e direitista de Ronald Reagan, foi exatamente com Osama Bin Laden em 1980. Os EUA passariam a financiar a guerrilha de resistência anti-soviética, sendo um dos seus líderes exatamente Osama Bin Laden. Estes foram fortemente armados e guerrearam e deram feroz combate aos soviéticos até 1989, ou seja, por dez longos anos a guerrilha dos mujahedins combateu os “comunistas” da URSS. E venceram, pois a URSS acabaria em 1991. Essa foi a época de ouro de Osama. Era amigo da CIA, do Departamento de Estado e tinha contatos no Pentágono. Osama e sua “turma” eram bem tratados em Washington e na imprensa estadunidense eles eram chamados de “guerreiros da liberdade”, pois combatiam os comunistas que pregavam “um mundo sem liberdade”, ateu etc. e tantas outras bobagens que ainda hoje falam.

Dizendo de outra forma, Osama fez alianças perigosas, arriscadas. Mas elegeu um inimigo maior e deixou em segundo plano um inimigo secundário, por assim dizer. Derrotado a URSS, o projeto desse saudita foi de ocupar o poder no Afeganistão com seus aliados do Talibã, todos muçulmanos fundamentalistas. E isso vai acabar dando certo. Os fundamentalistas tomam o poder, Osama é guindado à alçada de quadro mentor de um movimento antiamericano. E vai acabar virando o inimigo público nº 1 dos Estados Unidos a partir dos tristes episódios dos ataques

às torres gêmeas em 2001 há dez anos.

Os últimos acontecimentos

De fato, o mundo ficou surpreso com a notícia, dada de forma pessoal, na primeira pessoa do singular, pelo presidente dos Estados Unidos, Barak Obama, de que suas tropas – as mais bem treinadas do mundo, os SEALs – haviam penetrado em território paquistanês – sem pedir autorização para o governo desse país – com quatro helicópteros de guerra, invadiram a casa onde estaria Osama e assassinaram-no com várias outras pessoas que lá estavam, jogando em seguida o seu corpo no mar.

Diversas foram e estão sendo as repercussões e sobre isso queremos comentar algumas coisas importantes.

1. A principal conclusão a que vamos chegando com esses episódios, são algumas que vimos expressando há tempos, pelo menos entre os marxistas de um modo geral. O imperialismo na sua fase decadente, declinante, acaba por virar sempre muito mais agressivo do que é por natureza. E isso vem sendo demonstrado ao mundo com a atitude que Obama autorizou que fosse tomada. E as informações que foram obtidas para se chegar à suposta casa da família Bin Laden foram feitas à base da tortura, espancamentos, afogamentos.



** Sociólogo, Professor, Escritor e Arabista. Membro da Academia de Altos Estudos Ibero-Árabe de Lisboa e Diretor do Instituto Jerusalém do Brasil. Colunista de Oriente Médio do Portal da Fundação Maurício Grabois – FMG. Colaborador da Revista Sociologia da Editora Escala. E-mail: lejeunemgxc@uol.com.br*

“A era que os EUA querem que o mundo ingresse é o da guerra e não o da paz. De recrudescimento dos conflitos armados. De restrições às liberdades. De invasões e ocupações de países sem consenso internacional ou da própria ONU”.

Obama havia prometido, na sua posse, não utilizar esse método, dizendo — em frase que se mostrou oca completamente — “os Estados Unidos não torturam”. Uma mentira. E, inclusive, em uma das suas entrevistas, anunciou que essa prática veio para ficar. Ou seja, o mundo entra em uma fase em que uma potência, sem aprovação alguma da ONU, invade um país e comete um assassinato a sangue frio. Um assassinato seletivo. Como disse um jurista, um assassinato “extrajudicial”. E isso é assustador. Talvez seja o mundo de e pós-Obama.

Casos parecidos como esse, os prisioneiros famosos tiveram direito a serem presos com “dignidade”, tiveram direito a julgamentos e direito à defesa, para só então, serem executados. O caso mais famoso foi o do Tribunal de Nuremberg para os nazistas, o caso de Adolfo Eichmann seqüestrado por Israel e julgado em Tel Avive em 1962, com direito à defesa, mas executado e Saddam Hussein, em dezembro de 2003, quando foi preso. Agora as coisas ocorrem de forma sumária. Prisões e execuções imediatas, sem julgamento, sem defesa. Uma mesma pessoa acusa, efetua a prisão e elimina o alvo, o inimigo.

A maior potência militar e econômica do planeta diz ao mundo que agora será assim: vão invadir onde quiserem, sem autorização e assassinar quem quiserem. E, no caso de

Bin Laden, a ordem foi clara: é para matar, não era para capturar vivo. Tudo isso sob a gestão do primeiro negro presidente dos Estados Unidos, considerado da ala “esquerda” do Partido Democrata. E houve quem, equivocadamente, o comparasse com Luis Inácio Lula da Silva.

2. A ocupação militar do Afeganistão, que vai chegar a outubro as dez anos, que custou até agora 1,3 trilhões de dólares e matou mais de cem mil pessoas, o seu teatro de guerra desloca-se agora para o Paquistão. Essa é uma grande novidade. O que até agora eram apenas ataques por mísseis contra esse país — foram registrados 192 ataques, já mataram 1.890 vidas paquistanesas — torna-se agora uma invasão concreta. E todos os mortos eram “suspeitos” de serem terroristas.

3. Quase dez anos depois de invadir o Afeganistão, onde a inteligência estadunidense já sabia que Osama, um homem doente e que faz hemodiálise todos os dias, nunca estaria, até outro dia essa mentira ainda era propagada nos jornais. Difundi-se um mito de que ele se “escondia nas cavernas”, como se isso fosse possível. Se as evidências se confirmarem, ele foi pego em Abbottabad, distante apenas 65 quilômetros de Islamabad, capital do país e próximo a uma base militar paquistanesa. Obama precisa, desesperadamente, de um trofeu eleitoral. Osama servirá à Obama como se fosse um trofeu de guerra. Uma guerra imperialista, que foi apoiada e saudada no dia de sua morte, por Merkel na Alemanha, Sarkozy, na França e Cameron na Inglaterra. Isso sem falar em Netanyahu, em Israel.

4. Como já disse em diversos artigos publicados, Osama já estava completamente no ostracismo. A sua rede de terror se espalha por quatro dos cinco continentes. Funciona hoje como se fosse uma holding ou franchising mas sem uma unidade política e orgânica. Funciona de forma muito descentralizada. O mais importante e verdadeiro, é que Osama e os seus seguidores, já quase não assustavam mais. Caminhavam aceleradamente para o ostracismo político. No caso específico do país mais aliado dos EUA no OM árabe — a Arábia Saudita — Bin Laden e seu grupo eram insignificantes, jamais representou qualquer ameaça a esse país e aos monarcas da Casa de Saud.

As tais células do terror, supostamente instalada em alguns países no OM e Norte da África, estão fracas demais, sem seguidores. A Al Qaeda não têm uma unidade orgânica, de pensamento. Na prática já estava sendo comandada há tempos por um suposto número 2 da organização, o médico oftalmologista egípcio Ayman Al Zawahiri. Como se diz popularmente, Osama já “não fedia nem cheirava mais”. É provável que uma nova geração de comandantes assumam a organização. Fala-se, entre outros, de Sirajuddin Haqqani, Qari Ziaur Rahman, Nazir Ahmad e Ilyas Kashmiri.

5. Há uma clara falência das propostas e da ideologia desse grupo fundamentalista. Podemos dizer que a chamada Primavera Árabe colocou no ostracismo essa organização. Por dois aspectos, fundamentalmente. O primeiro, é que essa é uma organização que prega a violência contra um inimigo difuso e que pode ser aplicada em qualquer parte do mundo. Tal inimigo são os Estados Unidos, que eles chegam a chamar de “Grande Satã”. Dito de outra forma, explodir uma embaixada americana no Quênia, por exemplo, faz parte da estratégia desse agrupamento, ainda que isso não tenha eficácia alguma do ponto de vista de uma luta revolucionária de libertação da humanidade. Isso não cola, não emplaca em nenhum grupo revolucionário que luta pela libertação de qualquer país no OM ou na África.

Um segundo aspecto, é a proposta — equivocada — da instauração de um novo “califado”, de estados islâmicos e fundamentalismo como se tentou implantar no Afeganistão pelos Talibãs (que, em afegão quer dizer estudantes de teologia). Essa proposta vem sendo amplamente derrotada em todas as revoluções que vêm ocorrendo nos países árabes, desde a Tunísia até o Egito e outros que ainda encontram-se em curso. Osama não representa e nunca representou os verdadeiros anseios e as mai legítimas aspirações do povo árabe. E o Islã não é a resposta para o processo de democratização de todo o Oriente Médio.

Osama na verdade funciona neste momento como um símbolo, uma espécie de troféu de caça que vai ser amplamente ostentado pelo presidente Obama para auxiliar na sua reeleição. Dados preliminares já divulgados por alguns institutos de pesquisa, já indicam que a popularidade do presidente cresceu pelo menos 9% e já bate todos os seus possíveis adversários do Partido Republicano nas eleições de 2012, novembro.

6. É preciso registrar que Osama nunca se constituiu como um pólo de luta revolucionária, antiimperialista. E muito menos antiamericano e anticapitalista. O objetivo imediato é impor o medo e o pavor e unificar o discurso direitista de seguir “combatendo o terrorismo”. A própria Hilary já vociferou que o combate ao terrorismo não vai se encerrar.

A convicção que temos neste momento é que o mundo não se tornará mais seguro com a sua eventual morte, com seu assassinato. A era que os EUA querem que o mundo ingresse é a da guerra e não a da paz. De recrudescimento dos conflitos armados. De restrições às liberdades. De invasões e ocupações de países sem consenso internacional ou da própria ONU.

7. Observamos que essa operação ocorre num momento de mudanças profundas no sistema de inteligência e do complexo militar estadunidense. O general David Petraeus, ex-comandante no Iraque e atual comandante no Afeganistão, vai comandar a

CIA, Central de Inteligência principal nos Estados Unidos. Analistas estão chamando de militarização da inteligência norte-americana. Isso fará com que cresçam as chamadas “operações encobertas”, ultra-secretas que ninguém fica sabendo. Soldados, treinados para a guerra, cumprirão missões de assassinatos seletivos. Virarão assassinos à serviço do sistema capitalista e de dominação do império americano e dos interesses das transnacionais daquele país. Até quando isso vai durar, não sabemos ainda. Mas os povos e muitos governos, já vêm observando esse comportamento anômalo que vem sendo praticado pelos Estados Unidos.

A primavera Árabe e dos povos em geral parece agora mais distante com esses acontecimentos que chocam os patriotas e democratas. Um dia qualquer o presidente norte-americano poderá autorizar que esquadrões de assassinos altamente treinados como esses que invadiram o Paquistão, cumpram missões de assassinar presidentes de países que não comunguem com as visões de mundo dos Estados Unidos. É horripilante só de pensarmos nessa hipótese, mas, uma das mensagens que Obama manda ao mundo é para aqueles que são covardes e se intimidam com essa truculência. Mas, estão enganados. Os povos resistirão a mais essa investida. c



Na pauta *Positiva*

Veja aqui importantes conquistas do último período que merecem destaque:

STF aprova reconhecimento da união homoafetiva

No dia 5 de maio, o Supremo Tribunal Federal (STF) aprovou por unanimidade a legalidade da união estável de homossexuais. O tribunal analisou duas ações sobre o tema, uma proposta pela Procuradoria-Geral da República e outra pelo governo do Estado do Rio de Janeiro, para que funcionários públicos homossexuais estendessem benefícios a seus parceiros.

A decisão do STF, considerada história, reconhece que casais homossexuais formam uma família com os mesmos direitos e deveres. O reconhecimento dá a casais gays segurança jurídica em relação a benefícios como pensão, herança e compartilhamento de plano de saúde. Além de facilitar a adoção.

Com informações de agências

ProUni: isenção será proporcional ao percentual de vagas preenchidas

A partir do próximo semestre, as instituições privadas de ensino superior que participam do Programa Universidade para Todos (ProUni) receberão isenção fiscal referente apenas às bolsas preenchidas por alunos. A mudança nas regras do programa foi alterada via medida provisória aprovada em 1º de junho pelo Senado.

Pela lei que criou o programa, as faculdades recebiam a isenção fiscal em troca da oferta de bolsas, independentemente delas terem sido ocupadas. Com a mudança, a isenção será proporcional ao percentual de vagas preenchidas. No início do ano, apesar do número recorde de inscritos no Programa, 4% das vagas não foram preenchidas. A maior parte delas era parcial, ou seja, custeava apenas 50% da mensalidade.

Com informações da Agência Brasil

Desafios para a *nossa luta*

Os desafios do setor educacional são grandes e variados. Destacamos um aspecto que exigirá atenção redobrada:

Novo PNE: atenção redobrada

A diretoria Plena da CONTEE manifestou preocupação com as declarações do presidente da Comissão Especial responsável pela tramitação do Projeto de Lei do Plano Nacional de Educação no Congresso Nacional. De acordo com o Deputado Gastão Vieira, “estamos vivendo uma perspectiva de crise fiscal, com câmbio descontrolado e risco de inflação. Não adianta aprovar um plano com metas ambiciosas no meio de uma crise, porque isso com certeza trará consequências prejudiciais para a viabilidade da execução da medida”.

A CONTEE discorda da posição do presidente da Comissão com veemência e acredita que o Brasil precisa, sim, de metas ambiciosas para o setor educacional no País. “Só assim será possível conquistarmos os avanços necessários para o País”, destacou Madalena Guasco Peixoto, Coordenadora Geral da CONTEE.

É claro para a diretoria plena da Confederação que os setores conservadores da sociedade estimulam o terrorismo financeiro, com alarde da possibilidade do descontrole da inflação e da necessidade de ajustes fiscais ainda mais severos. Segundo Madalena, “isso não pode significar retrocesso em relação às deliberações da 1ª Conferência Nacional de Educação”. Mais do que nunca, os trabalhadores e sindicalistas devem estar atentos e prontos para a luta pela aprovação de um PNE que impulse o desenvolvimento nacional e coloque a educação como prioridade.



Educar é respeitar *a diversidade*

O combate à homofobia e todo tipo de preconceito é uma iniciativa que precisa ser protagonizada na escola. O papel da educação e, conseqüentemente, dos profissionais de educação neste processo é, portanto, primordial. Neste sentido, iniciativas objetivas devem ser tomadas, aos moldes da recente decisão do STF – de legalização da união civil homossexual.

No último dia 5 de maio, o Supremo Tribunal Federal (STF) chegou à decisão inédita e muito importante para a sociedade e para a história do Direito brasileiro. Por unanimidade, considerou legal a união civil de homossexuais. Com a decisão, casais homossexuais passam a ter reconhecido o direito de receber pensão alimentícia, ter acesso à herança de seu (sua) companheiro (a) em caso de morte, ser incluídos como dependentes nos planos de saúde, adotar filhos e registrá-los em seus nomes, entre outras questões.

Infelizmente, apenas este reconhecimento, por si só, não será capaz de acabar com o preconceito e a discriminação existente, mas sem dúvida é um passo fundamental neste sentido. Para a Deputada Federal Manuela d'Ávila (PCdoB/RS), presidente da Comissão de Direitos Humanos e Minorias, “não há razão para a proibição da união civil entre pessoas do mesmo sexo, assim como não há vida em um Estado que não preserve a igualdade e a liberdade como valores máximos. Foi um primeiro passo, temos muitos outros pela frente”.

E o caminho a ser percorrido passa, necessariamente, pela educação. Recente pesquisa divulgada pela Fundação Perseu Abramo e coordenada pelo professor da Universidade de São Paulo (USP) Gustavo Venturi, com dois mil entrevistados em 150 municípios, foi feita em 2009, afirma que a escolaridade é um dos fatores que mais influencia o nível de preconceito da população em relação aos homossexuais: quanto mais anos de estudo, maior é a aceitação do indivíduo em relação à diversidade sexual.

A pesquisa identificou que um em cada quatro brasileiros é homofóbico. Foram considerados homofóbicos aqueles que têm tendência — forte ou fraca — em transformar o preconceito que sentem em relação a esse público em atitudes discriminatórias. Esse perfil foi detectado a partir da resposta dada aos participantes a perguntas como: “homossexuais são quase sempre promíscuos”, “homossexualidade é safadeza” ou “a homossexualidade é uma doença que precisa ser tratada”.

Cruzando as respostas obtidas com as características da amostra, foi possível detectar, por exemplo, que mulheres são menos homofóbicas (20%) do que os homens (30%) e que a variação de renda não tem grande impacto nesse comportamento. Já a escolaridade é um dos fatores com mais peso: enquanto entre os que nunca frequentaram a escola o índice de homofóbicos é de 52%, no nível superior é de apenas 10%.

A pesquisa também entrevistou cerca de 500 homossexuais para investigar de que forma eles são vítimas de preconceito. Metade (53%) já se sentiu discriminada e os colegas de escola aparecem como segundo autor mais frequente dessa prática, depois de familiares. Quando perguntados sobre a primeira vez

em que foram discriminados, a resposta mais frequente é “na escola”.

Isso evidencia a necessidade de inserção do combate à homofobia dentro das escolas. Afinal, é também papel da educação abordar temas prementes da vida em sociedade e apontar os caminhos para a formação cidadã. “Acredito que a escola pode interferir positivamente no combate à intolerância e ao preconceito. Para isso, é preciso que nossos professores estejam preparados e, claro, uma política pública pode ajudar bastante”, afirma Manuela.

Iniciativas para combater o preconceito

Recentemente, o combate à homofobia dentro da escola ganhou também destaque na mídia graças a uma polêmica que envolveu material didático, que seria distribuído pelo Ministério da Educação às escolas de ensino médio públicas do País, chamado de Kit anti-homofobia — elaborado por entidades de defesa dos direitos humanos e da população LGBT (Lésbicas, Gays, Bissexuais e Transgêneros) — a partir do diagnóstico de que falta material adequado e preparo dos professores para tratar do tema e por conta da constatação de que o preconceito contra alunos homossexuais tem afastado esse público

da escola. O kit era composto por cadernos de orientação aos docentes e vídeos que abordavam a temática do preconceito, mas foi cancelado depois que a presidenta Dilma Rousseff assistiu a um os vídeos e não gostou do conteúdo.

O presidente da União Brasileira dos Estudantes Secundaristas (Ubes) apoiou a decisão da presidenta Dilma. Para Yann Evanovick, o material é uma boa ideia para combater o preconceito, mas o conteúdo do que foi produzido não é o ideal. Ele acredita que, se revisado, o kit será eficaz no combate ao preconceito dentro das escolas. Segundo Yann, há muitos alunos que deixam de estudar por causa do bullying e do desrespeito dentro do ambiente escolar. “Todo instrumento que o Estado use para combater o preconceito, seja por racismo, seja contra homossexuais, é bom”.

Para a Deputada Manuela, é preciso respeitar todas as opiniões. “Por isso, propus ao MEC a criação de uma comissão – formada pela CDHM, pela Comissão de Educação, pela Frente LGBT, e pelas Bancadas Evangélica e Católica – para debatermos o tema e uma proposta que cumpra seu papel e respeite a todos. Acredito que o Estado deve promover o fim do preconceito, não apenas a homofobia, mas todas as suas formas”.

De acordo com o Ministro da Educação, Fernando Haddad, não há um prazo para que o projeto seja concluído. Segundo Haddad, o MEC está “ouvindo a sociedade” e cogita incluir novos temas de preconceito no material, entre eles a intolerância religiosa, as questões de gênero e o racismo.

Não há dúvida, entretanto, de que é preciso qualificar os profissionais de educação para atuar no combate ao preconceito de toda ordem. Segundo d’Ávila, “com preparação, os professores tornam-se agentes fortes no combate à intolerância. E o PNE (Plano Nacional de Educação) pode contribuir nesse sentido, agindo contra toda forma de preconceito, reforçando valores como igualdade e respeito àquilo que nos é diferente”.

Criminalização do preconceito

Desde 2006, tramita no Congresso Nacional o Projeto de Lei 122, que criminaliza a homofobia, assim como a discriminação ou preconceito de raça, cor, etnia, religião, origem, condição de pessoa idosa ou com deficiência, gênero, sexo, orientação sexual ou identidade de gênero.

Polêmico e combatido por setores conservadores dentro do Parlamento, o PL foi recentemente desarquivado e tem nova relatoria, da Senadora Marta Suplicy (PT-SP). “Eu defendo a criminalização da homofobia há anos. Se a homofobia for criminalizada, evitaremos que agressões e mortes gratuitas e violentas – como vemos todos os dias – sejam julgadas sem o rigor que deveriam ter. Através do consenso – que buscamos pelo diálogo – essa luta poderá ser vencida e daremos mais um importante passo, como o de 5 de maio”, afirma a Deputada Manuela. ◻

Com informações da Agência Brasil



Imagens dos vídeos que compunham o kit anti-homofobia



No PNE

diga *sim* ao Sistema Nacional de Educação

É bom para a educação. É bom para o Brasil.

**Valorização dos profissionais em educação | Plano de carreira | Gestão democrática
10% do PIB investidos na educação | Qualidade de ensino | Regulação do setor privado**



contee

Confederação Nacional dos Trabalhadores
em Estabelecimentos de Ensino

contee

Confederação Nacional dos Trabalhadores
em Estabelecimentos de Ensino
www.contee.org.br